

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO - PPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA

JOVANILDO SANTOS DA COSTA

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À EVASÃO ESCOLAR
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NA ESCOLA MUNICIPAL
SEVERIANO DE AZEVEDO EM ICATU - MA

Rosário

2016

JOVANILDO SANTOS DA COSTA

**O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À EVASÃO ESCOLAR
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NA ESCOLA MUNICIPAL
SEVERIANO DE AZEVEDO EM ICATU - MA**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão.

Orientador (a): Maria Célia Macedo Araújo
Melo

Rosário

2016

Costa, Jovanildo Santos da.

O papel do coordenador pedagógico frente à evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA na Escola Municipal Severiano de Azevedo em Icatu - MA / Jovanildo Santos da Costa. — Rosário, 2016.

68 f.

Orientador: Maria Célia Macedo Araujo Melo.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica, 2016.

1. Coordenador pedagógico. 2. Evasão escolar. 3. Educação de Jovens e Adultos. 4. Prática docente. I. Título.

JOVANILDO SANTOS DA COSTA

**O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE À EVASÃO ESCOLAR
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NA ESCOLA MUNICIPAL
SEVERIANO DE AZEVEDO EM ICATU - MA**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão.

Aprovado em: 10/11/2016

BANCA EXAMINADORA:

Maria Celia Macedo Araújo Melo
Prof^a. Mesc.

Alda Margarete Silva Farias Santiago
Prof^a. Mesc.

Verônica Lima Carneiro Moreira
Prof^a. Dr^a.

A Karliane Lima minha esposa e a Jhenyffer Kelly e Hadassa Lima minhas filhas, com o amor, carinho e gratidão pela compreensão, apoio e incentivo durante o período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela graça de esta vivo e pela graça de ter chegado até aqui, pois sem ele nada podemos fazer em segundo momento a minha família em especial minha esposa que sempre me incentivou nesta caminhada, agradecer também aos meus colegas de curso pela troca de experiências que serviram para fortalecer e aperfeiçoar ainda mais o conhecimento, e aos orientadores de cada sala. Em especial quero aqui agradecer a professora Alda Margareth, pelo apoio e a professora Maria Célia Macedo orientadora desta monografia.

Quero aqui deixar meus agradecimentos também ao MEC, à UFMA, à Prefeitura Municipal de Icatu /SEMED de Icatu - MA e à UNDIME/MA, que nos ofereceram, em parceria, esta oportunidade de qualificação profissional neste curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica, bem como aos Coordenadores do Curso, Prof^a. Dr^a Lélia Cristina Silveira de Moraes e Prof. Dr. Carlos José de Melo Moreira.

A estes, meus sinceros agradecimentos.

Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você.

Cynthia Kersey

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo, identificar as metodologias orientadas pelo Coordenador Pedagógico, com vistas a contribuir para a diminuição dos índices de evasão escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Severiano de Azevedo no município de Icatu- MA. A análise da investigação qualitativa, com pesquisa de campo na referida escola, pesquisa bibliográfica e documental. Para tal, nos apoiamos nos estudos de autores como Gadotti (2000), Guidelli (1996), Luck (1998), Sanchez (2000), entre outros. Esta pesquisa divide-se em dois capítulos que apresentaremos: no primeiro uma trajetória de avanços e recuos da Educação de Jovens e Adultos – EJA perpassando por uma visão mais ampla até chegarmos a local, evidenciando as concepções de coordenador, o perfil dos alunos e a oferta da EJA no Município de Icatu/MA e no segundo discutiremos sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA, falando do papel do coordenador pedagógico, como mediador da prática docente do professor da EJA, na realidade investigada. E por fim, destacamos as nossas considerações finais.

Palavras-Chave: Evasão escolar; Coordenador pedagógico; Educação de Jovens e Adultos – EJA.

ABSTRACT

The present research aimed to identify the methodologies guided by the Pedagogical Coordinator, with the aim of contributing to the reduction of school dropout rates of Youth and Adult Education students of the Municipal School Severiano de Azevedo in the municipality of Icatu- MA. The analysis of qualitative research, with field research in said school, bibliographical and documentary research. To that end, we support the studies of authors such as Gadotti (2000), Guidelli (1996), Luck (1998), Sanchez (2000), among others. This research is divided in two chapters that we will present: in the first one a trajectory of advances and retreats of the Education of Youths and Adults - EJA going through a broader vision until arriving at place, evidencing the conceptions of coordinator, the profile of the students and the EJA offer in the Municipality of Icatu / MA and in the second we will discuss about school dropout in the Education of Young and Adults - EJA, speaking of the role of the pedagogical coordinator, as mediator of the teaching practice of the teacher of the EJA, in the researched reality. And lastly, we highlight our final considerations.

Keywords: School dropout; Pedagogical coordinator; Youth and Adult Education - EJA.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EM ICATU 2005 – 2015	30
TABELA 02 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO AMBITO MUNICIPAL EM ICATU 2005 – 2015	30
TABELA 03 – LISTA DE EQUIPAMENTOS E QUANTIDADES DISPONÍVEIS NA ESCOLA	49

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Sua Idade está entre	55
GRÁFICO 02 – Sexo dos alunos	55
GRÁFICO 03 – Qual motivo de você ter abandonado a escola?.....	56
GRÁFICO 4 - Em sua opinião para diminuir o numero de evasão na EJA, seria necessário o que?	57
GRÁFICO 5 - Você voltaria para a escola?.....	57

LISTA DE SIGLAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos	14
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.....	14
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.	19
ONU – Organização das nações unidas.	19
PNE – Plano Nacional de Educação.	19
CULTURA.	20
CONFINTEA – Conferencia Internacional de Educação de Adultos	20
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.....	20
PIA – População em Idade Ativa.....	20
RD – Razão de Dependência Demográfica	20
MEC – Ministério da Educação.	21
ELV – Educação ao Longo da Vida.....	22
SEMED – Secretaria Municipal de Educação	29
CEB – Conselho da Educação Básica	32
OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciências e a	
PABAE – Plano de Assistência Brasileiro-Americana no Ensino Elementar.	41
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma trajetória de avanços e recuos	18
2.1 Políticas Nacionais da EJA.....	18
2.2 Concepções do Coordenador	23
2.3 Histórico da EJA em Icatú/MA.....	26
2.4 O Perfil dos Alunos da EJA.....	31
3 EVASÃO ESCOLAR NA EJA UMA VISÃO GERAL	34
3.1 A Prática Docente e os Conteúdos na EJA.....	34
3.2 Saberes Necessários a Prática Educativa na EJA	37
3.3 O Papel do Coordenador Pedagógico na EJA.....	39
3.3.1 Uma retrospectiva histórica	39
3.3.2 O coordenador pedagógico na contemporaneidade	42
3.4 As metodologias de ensino e a evasão escolar	46
4 EVASÃO ESCOLAR NA EJA – O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL SEVERIANO DE AZEVEDO	49
4.1 A Oferta da EJA na Rede Municipal de Ensino de Icatú/MA.....	49
4.2 A Configuração da EJA na Escola Municipal Severiano de Azevedo Icatu/MA	50
4.3 Desafios e Perspectivas para a Superação da Evasão na Educação de Jovens e Adultos em Icatu/MA.....	52
4.4 Análise das causas da evasão escolar na EJA na Escola Municipal Severiano de Azevedo em Icatu/MA	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	65

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de educação básica, que tem como fim, restaurar ao aluno, o tempo perdido, propiciando a sequência aos estudos, que abrange como campo compreensivo demandas sociais, econômicas, políticas e culturais. Sendo assim, é garantido por lei o acesso à Educação de Jovens e Adultos através da Lei 9.394 no “Art.37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL 1996, p.50). De maneira que a educação de jovens e adultos busca um ensino de qualidade com foco no aprendizado do aluno.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2007), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) convive historicamente com um alto índice de evasão. Dos 8 milhões de pessoas que frequentaram o curso 42,7% não chegaram a terminá-lo. As razões para esse índice ser tão alto vão desde a incompatibilidade entre o horário das aulas e o trabalho até a metodologia, que não respeita as especificidades desse aluno.

Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes, que têm a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem - o que, obviamente, se perde quando os Jovens e Adultos não vão às aulas. A equipe gestora também pode se unir para lançar mão de conversas com a comunidade, cartazes, visitas às famílias e meios de comunicação disponíveis na cidade para dar um fim feliz às histórias de abandono e evasão.

Sendo assim, é necessário que a escola seja repensada como um novo espaço onde o aluno possa se encontrar, e tenha um aprendizado que lhes seja interessante, que possuam professores com metodologias inovadoras de forma que fomentem o aluno a aprendizagem sem que seja uma obrigação e sim um prazer. Só assim, acredita-se em uma aula satisfatória que torne o ambiente agradável e prazeroso, que possibilite a permanência e a aprendizagem dos alunos.

De certo que a Educação de Jovens e Adultos enfrentou e vêm enfrentando diversas dificuldades ao longo dos tempos. Desse modo, um dos principais desafios que a EJA encontra é que ao adentrar na escola o aluno já

possui uma bagagem de vivências e histórias, que podemos chamar de conhecimento prévio, onde estão imbuindo nesse contexto variedades de culturas que a escola deverá acolher. É importante respeitar as “condições culturais” desse jovem e adulto. Eles precisam ser entendidos de fato, envolvidos com o meio criando um elo de comunicação entre o educador e o educando Segundo Gadotti (2011, p. 39):

O tema em questão que é o papel do coordenador frente à evasão escolar na EJA é um problema que aborda todos os níveis de ensino da educação no Brasil. O termo evasão escolar é empregado em vários contextos com distintos significados e estas modificações em seu significado, dificultam o entendimento dos motivos reais que influenciam no processo e estabelecem impedimento para ações efetivas de combate ao problema. Pois ler sobre a educação de jovens e adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou obtenção de novos conhecimentos apresentam significado.

Com base em observações realizadas no interior da escola, conversas junto aos professores, alunos e gestores, levantamento de dados juntos a secretaria da escola e leitura de alguns textos que tratam sobre o assunto, chegou-se ao entendimento de que os alunos da EJA, até compreendem a seriedade dos estudos, mas quando estão matriculados, verifica-se uma expressiva taxa de infrequência. Contudo, ressaltamos que infrequência não está relacionada com o mesmo conceito de “evasão”. Para Campos (2003):

“A evasão escolar na EJA pode ser registrada como um abandono por um tempo determinado ou não. Diferentes razões de ordem social e principalmente econômica afluem para a “evasão” escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola”.

Diante disto, podemos entender alguns dos questionamentos elaborados por nós, referente ao assunto, ou seja, por que os docentes deixam a desejar na sua didática? Por que os docentes não conseguem atender as necessidades dos alunos da EJA? Por que a matrícula inicial sofre uma enorme diferença em relação à matrícula final? Por que os alunos da EJA, não se sentem atraídos pela ministrações das aulas? E por fim por que os alunos da EJA são desconsiderados por parte de alguns docentes que ali trabalham? Com isso entendemos que desconsiderar a

importância do momento para os alunos o desmotiva e isso tende tornar o momento da aula e do ensino negligente, pois o aluno perde a “vontade” de estudar pela forma como o ensino é repassado, algo que é prejudicado também pela falta de valorização dos profissionais no diz respeito à formação continuada para atender tal modalidade que é, ou melhor, exige uma forma de trabalho diferenciado que atendam suas especificidades sem prejuízos em seus trabalhos e rotinas, pois é um público que já vem estafado da labuta diária situação que na maioria das vezes não é considerado pelos profissionais que os atendem.

Queremos ressaltar ainda que além de todos esses problemas que observamos e convivemos com eles diariamente, ainda pode-se transformar ou minimizar essa realidade educacional na modalidade EJA, que é a evasão escolar ou abandono escolar, pois no mesmo momento em que se fez o levantamento de dados e as observações, percebeu-se que o número de matrículas inicial é alto com relação à matrícula final, isso deixa transparecer que o desejo por estudar existe por parte dos alunos, pois manifestam esse desejo ao procurarem a escola para realizar a matrícula, no entanto, transparece também que o problema é exatamente da permanência e não da entrada, na modalidade.

A educação de jovens e adultos não se baseia apenas em métodos, mas em processos e condições de conhecimento em formar cidadãos autônomos, críticos, reflexivos e capazes de buscar melhores condições de vida. Compete, pois ao educador proporcionar circunstâncias que valorizem as relações de trocas de aprendizado dando evidência na participação através da socialização.

Para um melhor tratamento dos objetivos e melhor apreciação desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa descritiva.

Destaca-se a necessidade da pesquisa bibliográfica como instrumento da coleta de dados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos e enciclopédias na busca da compreensão acerca da problemática detectada na Escola Municipal Severiano de Azevedo no Município de Icatu - MA, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores.

Pois segundo MAZZOTTI (2002),

“Só é possível dizer que um conhecimento foi produzido, uma vez que foi tornado público. [...] só quando discutido com outros colegas, quando alvo de debates, é que o conhecimento poderá contribuir para o desenvolvimento de uma área específica da ciência. É passando pela

comunicação que um trabalho, uma explicação e uma teoria poderão ser aceitos ou rejeitados". (2002, p.11)

Como procedimentos, podemos citar a necessidade de pesquisa Bibliográfica, isso porque se fará uso de material já publicado, constituído principalmente de livros, também entendemos como um procedimento importante à aplicação de questionários e também de entrevistas semiestruturados.

Em que será feito ao reunir todas as informações científicas sobre a evasão escolar da EJA na Escola Municipal Severiano de Azevedo Icatu/MA, afirmando que o presente trabalho tem como objetivo de estudo: a verificação de como o uso de metodologias diversificadas e selecionadas pelo Coordenador Pedagógico e Professores, podem contribuir para diminuir o grande índice de evasão dos alunos da EJA da Escola Municipal Severiano de Azevedo no Município de Icatu- MA.

Na realização de observações in loco ficamos motivados, pois percebemos que ainda podemos fazer alguma coisa, como coordenador pedagógico, e é exatamente isso que propomos quando expomos uma metodologia e um tratar diferenciado para os alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e nesse sentido a grande meta a ser superada para que haja de fato avanços no ensino da EJA e diminuição de alunos evadidos é dar foco na aprendizagem desses alunos com o uso de metodologias diversificadas, atraentes e prazerosas para que o público alvo da modalidade seja alcançado dentro de suas especificidades e necessidades sem prejuízos aos seus direitos de aprendizagem, e praticas pedagógicas que possam garantir a formação inicial dos educandos e dando suporte e incentivo pedagógicos para que possam prosseguir nos estudos posteriores.

Assim esta monografia foca na verificação de como o uso de metodologias diversificadas e orientada pelo Coordenador Pedagógico junto aos Professores, podem contribuir para diminuir o grande índice de evasão dos alunos da EJA da Escola Municipal Severiano de Azevedo no município de Icatu- MA. Mediante a junção de informações científica sobre a evasão escolar da EJA, registros das informações obtidas a fim de utilizá-las para a composição de um parecer sobre as estratégias utilizadas e também, apresentar possíveis soluções para diminuição da evasão escolar na modalidade de ensino EJA, tendo como base as orientações legais da educação no país.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma trajetória de avanços e recuos

2.1 Políticas Nacionais da EJA

Com base nos dados fornecidos pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), (1992 e 2013), a escolaridade média da população brasileira, com mais de 25 anos, aumentou de 5,0 anos em 1992 para 7,7 anos em 2013. Houve avanços importantes na taxa de analfabetismo que passou de 23,1% em 1982 para 8,3% em 2014, na população com mais de 15 anos de idade. A educação básica melhorou muito nas últimas décadas. Em 1995 (PNAD 1995), 80% da população com mais de 18 anos não tinha o ensino médio completo, em 2014 (PNAD 2014) esse percentual era de 55%. No entanto, ainda pelos dados PNAD 2014, há no Brasil mais de 81 milhões de pessoas com mais de 18 anos e que não têm uma escolaridade de no máximo o Ensino Médio. Destes, 58 milhões não têm o Ensino Fundamental.

Cerca de 13 milhões de pessoas nessa faixa etária não sabem ler ou escrever (analfabetismo absoluto) e aproximadamente 41,5 milhões dos brasileiros com 18 anos ou mais são classificados como analfabetos funcionais (pessoas que têm menos que cinco anos de estudo concluídos²). Ainda seguindo esses dados, dos jovens com idade entre 15 a 17 anos, 1,6 milhão é analfabeto funcional e 2,8 milhões não têm concluído o Ensino Fundamental.

Por si só, essa já é uma espantosa tragédia social, pois a grande maioria dessa pessoa é pobres, negros, índios ou moradores do campo. E o problema não acaba aí. Do ponto de vista econômico, estamos prestes a perder o compasso do nosso bônus demográfico, que, segundo especialistas, seria a grande oportunidade de o Brasil dar um salto em seu patamar de desenvolvimento econômico e social para àqueles comparáveis com os de melhor qualidade de vida no planeta. Além de gerar uma grande categoria de pessoas excluídas (ou quase) do sistema produtivo nacional, a baixa escolarização de adultos dificulta a melhora da escolarização das crianças, pois é bem conhecida a alta correlação entre baixa escolarização dos pais e a baixa escolarização dos filhos, e vice-versa. E isso alimenta um perverso círculo vicioso que exclui do sistema escola uma quantidade enorme de adolescentes e jovens todos os anos.

O quadro geral é preocupante. O número de brasileiros com mais de 18 anos que não têm o ensino médio e estão fora da escola é maior do que as populações totais da Argentina, Chile e Uruguai juntas. Além disso, o número de matrículas na EJA vem caindo ano após ano, em taxas cada vez maiores. O que evidencia, no mínimo, que a direção das políticas públicas não teve o resultado esperado. Trata-se de uma dívida que vai acumulando-se e interferindo nas possibilidades futuras do país, pois além de comprometer o presente por meio das consequências sociais, econômicas e políticas que a baixa escolaridade acarreta, prejudica o futuro pelo fato de ser mais difícil educar filhos de famílias com baixa escolaridade.

Direito à Educação - os compromissos do Brasil com a ampliação da cobertura da EJA o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, estabelece as bases do direito à educação. No Brasil, o direito à educação é assegurado nos Art. 6, Art. 205, Art. 206 e Art. 208 da Constituição Federal. Especificamente, o Art. 208 estabelece que: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Com relação ao Plano nacional de Educação (PNE) vigente (Lei 13.005/2014) as metas 8, 9 e 10, e respectivas estratégias, estabelecem os avanços que devem ser alcançados por meio da Educação de Jovens e Adultos. Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação

profissional. Também no contexto internacional, o Brasil é signatário de compromissos de desenvolvimento da educação que incluem avanços na EJA. Nesse sentido, cumpre destacar:

- Metas Educacionais 2021 da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), firmada em 2009 (Metas 18 e 19);
- Marco de Ação de Belém, declaração da Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI, aprovada em 2009.
- Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, aprovada na Assembleia Geral de 2015;
- Declaração do Fórum Mundial de Educação (Incheon, Coreia), de 2015 (Artigos 10 e 11).

Construção do bônus demográfico já: a EJA e o desenvolvimento econômico e social Além da dívida educacional e do direito à educação para todos, em todas as idades, já apontados, deve-se também levar em consideração o alto benefício que um investimento direto na Educação de Jovens e Adultos poderia provocar no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A educação da população permite elevar a produtividade no trabalho, aumentar a renda, ampliar o bem estar geral e, conseqüentemente, o desenvolvimento da nação. Considerando o critério da matriz de contabilidade social do comunicado 75 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 4 de 2011, tem-se que para cada R\$1,00 investido aumenta R\$1,67 na renda das famílias (de todas, não somente daquelas envolvidas). A literatura define população inativa jovem pelo conjunto da população de 0 a 14 anos (A), a população em idade ativa (PIA) é o conjunto da população de 15 a 64 anos (B) e são considerados idosos as pessoas acima de 65 anos (C).

Os grupos A e C são definidos como população “dependente”. A razão de dependência demográfica (RD) será a soma da população inativa, jovens e idosos, dividida pela população economicamente ativa: $(A+C)/B$. Bônus Demográfico é uma janela temporal que um país passa que se caracteriza pela existência de uma RD relativamente baixa.

O Bônus Demográfico no Brasil começou em 1995 e irá até 2055, perfazendo um período de 60 anos. A maior diferença entre o percentual da PIA e o percentual da RD seria de 18,2% entre 2020 e 2025, podendo esse ser considerado como o quinquênio de maior abertura da janela de oportunidade brasileira. Nesse

sentido, uma estratégia importante para ampliar o potencial do bônus demográfico para o crescimento do Brasil é investir na educação da população em idade ativa. Com o objetivo de atingir as metas 8, 9 e 10 do PNE propõe-se priorizar esta estratégia para a oferta de novas matrículas para a EJA, sem deixar de ofertar programas de formação para os idosos.

Os desafios da Educação de Jovens e Adultos Em função de apontamentos de especialistas e das sucessivas avaliações de programas de EJA no Brasil listamos um conjunto de desafios desta modalidade:

- Organizar programas de formação da EJA que integrem a educação profissional e tecnológica;
- Tornar a EJA mais interessante e próxima de seus públicos com currículos e práticas educacionais mais efetivas;
- Fomentar o desenvolvimento de formações com currículos baseados em metodologia freireana, a fim de favorecer o sucesso dos educandos adultos com liberdade para que possam realizar suas próprias trajetórias educacionais de acordo com seus interesses e disponibilidades;
- Desenvolver abordagens diferenciadas para os distintos públicos da EJA, seja por meio de uma organização por faixa etária, seja por uma segmentação regional, cultural, ou ainda por outros fatores que caracterizam distintos grupos sociais;
- Ofertar programas de EJA na modalidade semipresencial e a distância com uso intensivo de tecnologias de apoio à aprendizagem;
- Realizar uma busca ativa para identificar as demandas por programas de formação específicos para os públicos identificados;
- Articular as políticas de EJA do MEC com ações de outros ministérios de maneira a tornar a busca ativa de seus sujeitos eficiente e que possam se complementar a outras políticas sociais do Governo;
- Realizar uma formação específica do professor da EJA, que seja sintonizada com uma pedagogia de adultos, com formação profissional e tecnológica e com a elaboração de currículos adequados aos públicos da EJA;
- Realizar formação continuada de gestores da EJA e preparação adequada para atender seus públicos;
- Engajar os estados e municípios na oferta de programas de EJA e com a permanência e sucesso dos estudantes;

- Gerar conhecimento e desenvolver pesquisas sobre a EJA no Brasil;
- Desenvolver um sistema simples e efetivo para validação e reconhecimento de saberes gerais e certificação de competências técnicas;
- Desenvolver um plano de comunicação nacional que dialogue com o público da EJA e que mostre a relevância deste nível educacional para toda a sociedade;
- Implementar um Sistema de Educação ao Longo da Vida na qual a EJA seja o foco inicial, mas que propicie à população em geral oportunidades de continuar estudando e se formando por toda a vida;
- Organizar e estruturar a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva de do direito à educação ao longo de toda a vida, e de forma perene nos estados e municípios, a fim de dar sustentabilidade ao processo educativo dos cidadãos.

No tocante ao Sistema de Educação ao Longo da Vida (ELV), salientamos que este deve ser articulado com uma ampla oferta de educação profissional e técnica e o desenvolvimento e implementação de referências nacionais para reconhecimento de saberes e certificação de competências profissionais e técnicas.

Para a implementação deste novo Sistema deve-se planejar e programar nos municípios Centros de Educação ao Longo da Vida, que serão espaços apropriados para a EJA tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista da docência e serão implementados paulatinamente de forma a garantir sua qualidade e efetividade.

Neste documento são apresentadas ideias que apontam para uma reformulação da política da EJA na perspectiva de uma base que dê sustentação ao atendimento da demanda por educação nesta modalidade e que seja sustentável ao longo do tempo, no sentido em que possa atender as demandas também por educação continuada ao longo de toda a vida.

2.2 Concepções do Coordenador

Primeiramente, faz-se necessário dizermos que a bibliografia característica sobre a ação do coordenador proporciona uma ampla multiplicidade de abordagens em relação tanto à nomeação do profissional que a desempenha quanto a sua função. Estou me referindo ao emprego das expressões coordenador pedagógico – um profissional que exerce a função – e sua ação supervisora – suas concepções, princípios e práticas.

Com base na bibliografia não existe um único nome para assinalar a ação coordenadora e sim um conjunto de termos variáveis, integrados aos várias formas de entendê-la como função existente na escola e nos sistemas. Sendo assim, é possível encontrar expressões como inspeção escolar, supervisão, supervisão educacional, supervisão escolar, supervisão pedagógica, supervisão de ensino, coordenação pedagógica, coordenação de turno, coordenação de área ou disciplina. (RANGEL, 2007, p.75).

A legislação atual utiliza o termo supervisão para designar a função da especialidade em educação que é realizada pelo supervisor. Independente da nomenclatura adotada é possível afirmar que a função supervisora acompanha de modo implícito, a ação educativa desde suas origens, sendo considerada uma das atividades mais antigas do acompanhamento do ensino e da aprendizagem.

Historicamente, a coordenação foi se configurando a partir do que Saviani (2007) chama de ideia de supervisão, ou seja, uma representação mental da função supervisora. Para esse autor: A função coordenadora, desde as comunidades primitivas, sempre esteve presente na história da educação. A evolução dos modos de produção das sociedades foi redefinindo o conceito atribuído à função coordenadora que, originalmente, era compreendida como a ação de velar sobre alguma coisa ou alguém, a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento. (SAVIANI, 2007, p.14).

Com base nessa afirmação, é aceitável dizer que a coordenação foi considerada como uma necessidade e foi exercida sob diversas formas, de acordo com os diferentes momentos históricos, manifestando-se através das ações de ensinar, vigiar, controlar, conformar, fiscalizar e até mesmo punir. Desde a Antiguidade, quando ocorreu o aparecimento da escola, passando pela Idade Média, que se caracterizou pela diferenciação dos processos educativos das gerações mais

novas de acordo com a classe social a que pertenciam à função supervisora não existia de modo estrito nem era desempenhada especificamente por uma pessoa na escola. Era o mestre que realizava todo o trabalho de formação de seus discípulos, que se caracterizava também pelo controle, pela fiscalização e até mesmo pela repressão, através das punições e castigos.

Na Grécia, o pedagogo – etimologicamente aquele que conduz as crianças ao local da aprendizagem – era o escravo que cuidava das crianças e as levava até o mestre, para que esse as ensinasse. Depois passou a ser o próprio educador e sua função continuou sendo marcada pelo fato de estar junto às crianças, tomando conta delas, vigiando, controlando e supervisionando suas ações. Com o advento da Modernidade, a educação passou a organizar-se de forma institucionalizada e a escola passou a ser considerada a forma principal e dominante de educação. É a partir de então que começou a surgir à ideia de coordenação educacional.

No Brasil, a ideia de supervisão surgiu com a organização das atividades educativas a partir da vinda dos primeiros jesuítas em 1549. Com a instituição das reformas pombalinas que definiram as regras da instrução pública no Brasil a partir de 1759, a função supervisora passou a serem exercidas por comissários ou diretores de estudos, responsáveis por averiguar as condições da educação de cada escola. Esse agente respondia pelos aspectos de direção, fiscalização, coordenação e orientação do ensino nas escolas.

A Lei de 15 de outubro de 1827 instituiu as escolas de primeiras letras no país, quando foram designados inspetores responsáveis por supervisionar todas as escolas públicas e particulares. Nesse momento a ação supervisora estava voltada para o ensino primário, encarregando-se de inspecionar e fiscalizar o prédio escolar, a frequência dos alunos e dos professores. O supervisor tinha como função controlar e acompanhar o trabalho do professor, a partir de uma série de procedimentos que visavam garantir o sucesso do ensino na escola primária.

No período que se seguiu – final do século XIX, com a estruturação e implementação dos Sistemas Nacionais de Ensino, a supervisão foi introduzida no âmbito escolar e foi tomando corpo, porém acabou assumindo funções essencialmente burocráticas e fiscalizadoras, enquanto os aspectos técnico-pedagógicos ficaram relegados a um segundo plano. (RAMOS, 2008, p. 80) A década de 1920 fez surgir os profissionais da educação ou técnicos em educação

como uma nova categoria profissional. Aos poucos, a supervisão foi assumindo um papel de orientação pedagógica em lugar da fiscalização e denominou-se coordenador pedagógico o supervisor que atuava nas unidades escolares.

O Decreto-Lei 19.890 de 18/04/1931, ou Reforma Francisco Campos, instituiu a figura do supervisor e implantou o curso de Pedagogia, que formava professores e técnicos em educação, ou seja, os pedagogos. Em 1969 foi reformulado o curso de Pedagogia, que passou a ser organizado na forma de habilitações: administração, inspeção, supervisão e orientação. Ainda com referência a essa questão, a Lei 5692/71, em seu artigo 33, reconhece que durante muito tempo a supervisão foi considerada como uma atividade de caráter predominantemente fiscalizador.

Essas determinações referendaram o surgimento da supervisão como profissão com contornos e atribuições mais definidos, assumindo um papel profissional de domínio de conhecimentos técnico pedagógicos, implicando na exigência de uma formação específica para o exercício da função. Nessa época, o Ministério da Educação e os Conselhos de Educação Federal e Estaduais começaram a determinar os currículos escolares, definindo objetivos para as escolas e, dessa forma, pautando a ação dos supervisores como responsáveis por assegurar o sucesso das atividades docentes, por meio do treinamento, da orientação e do controle.

A supervisão educacional ganhou força na década de 1970, quando foi institucionalizada pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, lei federal nº 5692/71, ao referir-se à “formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas em educação”. Na perspectiva dessa lei, a supervisão escolar foi compreendida como uma “função meio”, que garantiria a eficiência da tarefa educativa, através do controle da produtividade do trabalho docente. Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, com a abertura política no país, a supervisão passou a viver o período mais crítico da sua história. Até meados da década de 1970, a posição assumida pelo supervisor era a de uma postura autoritária, controladora, de pouca expressividade e atuação em relação ao processo educativo. Já no final dessa década, inúmeros estudos, fóruns e debates propuseram a discussão em torno do significado e da necessidade da função da supervisão escolar, propondo alternativas para o desenvolvimento da ação supervisora no Brasil.

A partir dos últimos anos da década de 1980, durante os anos 1990 até os dias atuais, a supervisão passou por uma série de questionamentos quanto a sua função, os princípios que a orientavam, a validade da sua existência e as contribuições que poderia oferecer à escola e à educação. A partir deste momento, o supervisor direcionou seu trabalho no sentido de assessorar o professor no processo pedagógico, identificando junto com ele, necessidades, perguntas e possíveis respostas às demandas que surgem do fazer diário na escola, com alunos, pais e comunidade escolar. Hoje, a supervisão encontra sua especificidade quando volta seu foco para o processo pedagógico, auxiliando e promovendo a coordenação das atividades desse processo e sua atualização, pelo estudo e pelas práticas coletivas dos professores. Sob essa perspectiva, a supervisão é baseada na participação, na cooperação, na flexibilidade, e não mais na divisão simples, autoritária e controladora do trabalho na escola.

2.3 Histórico da EJA em Icatu / MA

A origem da educação em Icatu, remota do século XVII, proveniente da espetacular Batalha de Guaxenduba, tornando-se Icatu, portanto, a primeira cidade maranhense a ser fundada, colonizada e educada por portugueses. A educação, desde as origens do nosso país era privilégio de poucos. Ela teve início com os Padres Jesuítas, criadores de pequenas escolas em suas aldeias e missões, estes colégios, quase exclusivos, cresceram e se desenvolveram extraordinariamente e subsistiram por mais de uma centúria. O meio educacional se realizava aos custos de grandes dispêndios financeiros; os senhores de engenho e outras pessoas de recursos tinham a dever de pelo menos, ter um filho padre ou letrado.

Em Icatu a primeira experiência escolar aconteceu nas aldeias de São Gonçalo (perto do Arraial de Santa Maria de Guaxenduba) e a de São Jacob fundado pelos Jesuítas em 1622. Mas tarde espalharam-se por todo o Munim, até o Iguará. Havia escolas na Fazenda Nossa Senhora da Conceição (Munim Mirim) e no Porto do Engenho.

Após a fase colonial, a educação foi vinculada ao império. Nesse período, 80% (oitenta por cento) da população brasileira, segundo o historiador icatuense José Almeida, não sabiam ler nem escrever. Segundo José Maria Oliveira Matos (ex-prefeito de Icatu): “As primeiras ideias oficiais de educação, em Icatu, surgiram

no dia 25 de maio de 1822, quando o Senado da Câmara da então Vila de Icatu pediu à junta Governativa a criação de uma cadeira de primeiras letras, à custa da Fazenda Nacional”.

No ano de 1964 foi lançado no município o programa educativo do governo federal, como MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que funcionava via rádio inicialmente e sendo realizado por professores leigos e em suas próprias residências. Com o passar dos anos surgiram às mudanças e evoluções no processo educacional colocando a educação como um amplo fenômeno e que está presente em diversos tempos e espaços da organização social. A política educacional de uma cidade é o resultado das decisões e ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas também emana do poder da dinâmica social expressa pelas ações, opções, sentimentos e reivindicações da sociedade civil organizada.

Com a necessidade gritante de uma população quase na sua totalidade analfabeta, adotou-se com urgência a Educação de Jovens e Adultos – EJA que tem uma legislação conhecida com referências nos seguintes documentos: A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegurou aos Jovens e Adultos o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito; a nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, que destaca a integração da EJA à Educação Básica – observada a sua especificidade que é a de:

Garantir a flexibilidade da organização do ensino básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extraescolares entre outras estabeleceu as idades de 14 e 17 anos para o ensino fundamental e médio, além disso, diminuiu as idades mínimas dos participantes dos Exames Supletivos (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio; o Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 – ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo paradigma da EJA e sugerem: extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo aos princípios da Proporcionalidade, Equidade e Diferença; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

O conceito de Educação de Jovens e Adultos traz como ênfase a formação de cidadãos críticos e participativo, sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de contribuir e transformar a sociedade em que estão inseridos. Deixa de ser uma educação para suprir o tempo perdido e passa a ser uma educação permanente, ou seja, uma educação que deve acontecer ao longo de toda vida, garantindo ampla formação, proporcionando a vivência dos princípios de aprender a ser, conviver, conhecer e fazer, respeitando a dimensão holística e garantindo seu prosseguimento nos estudos.

A Educação de Jovens e Adultos inicia-se com a alfabetização e segue, no mínimo, até o Ensino Médio, e tem como objetivo central a melhoria da qualidade de vida, fruição do tempo livre e a ampliação das oportunidades de trabalho.

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino obrigatório. São mais de 15 milhões de brasileiros, maiores de 15 anos, analfabetos no País. No Município de Icatu, existe em torno de 30% de analfabetos.

A Secretaria Municipal de Educação através de seus estabelecimentos de ensino, situado nos povoados e na sede, convoca e abre espaço para que os Jovens e os Adultos sejam matriculados nessa modalidade de ensino. O município dispõe da modalidade de ensino EJA que não é mais um programa, mas que tem na sua finalidade atender as pessoas que não tiveram acesso à escola ou aquelas que não concluíram seus estudos na idade certa, fazendo com que essas se formem e concluam seus estudos.

O município oferece, dentro de suas possibilidades, condições suficientes para atender a demanda da Educação de Jovens e Adultos – EJA, contribuindo por meio do oferecimento de espaços nas escolas municipais, tentando manter um perfil que atenda aos alunos dessa modalidade, porém, consciente de que a referida modalidade ainda não recebe o devido atendimento no que se refere à qualificação de profissionais para área, aquisição de livros didáticos, alimentação escolar.

A Secretaria municipal de educação trabalha atualmente com coordenadores específicos em número reduzido para a demanda do município dispondo de material didático/pedagógico somente o básico para atender a demanda e tem oferecido formações (mesmo que não o suficiente) e oportunidades de socialização entre os professores/coordenadores/comunidade.

A sustentação dessa modalidade parte somente da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, no município não é feito parceiros com outros órgãos, esta ainda responde de forma “independente”, junto às escolas, utilizando os recursos repassados pelos governos para tal fim.

O município aderiu ao programa federal da EJA desde sua implantação pelo governo federal, restando no momento à ampliação de convênio com outras instituições educacionais com foco na expansão e aprimoramento dessa modalidade de ensino neste município. Quanto aos programas, todos os recursos destinados para a escola, são também para a EJA. As escolas em anos anteriores organizavam turmas de aceleração para os alunos com distorção idade/série, nas séries iniciais no período regular, atualmente somente na modalidade de EJA.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA iniciou-se no município em 2003 com 10 turmas distribuídas em 04 escolas da rede municipal de ensino em Icatu, Severiano de Azevedo na Sede, Luis Campos em Baiacui, João de Deus Pereira em Itatuaba e Plautília Pereira Gonçalves em Salgado. Permanecendo essas 04 escolas até o ano de 2007, a partir de 2008, a procura aumentou e para atender a demanda foram acrescentadas mais escolas para atender a EJA, na oportunidade foram incluídas as escolas São Francisco em Sertãozinho, Diogo de Campos em Jussatuba e Presidente Sarney em Cacaueiro.

Em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, foram os anos onde a Educação de Jovens e Adultos – EJA em Icatu/MA teve o seu ápice, com relação ao atendimento e ao número de matrículas, como o acréscimo de mais três unidades escolares, a Escola Municipal Benedito Leite em Santa Izabel, a Escola Municipal Oscar Oliveira Monroe em Boa Vista dos Monroe, a Escola Plautilia Pereira Gonçalves em salgado, a Escola Municipal Diogo Cassiano Costa em Boqueirão e a Escola Municipal Proteção de Jesus em Palmeiras, porém, com base na 2ª tabela que trata do número de matrícula e de evasão, observou-se um número alto de evasão nos últimos anos, por isso, houve uma redução no número de escolas que atendiam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no ano de 2014 e 2015, ficando no último ano apenas as escolas Severiano de Azevedo, Plautília pereira Gonçalves, Diogo Cassiano Costa e Proteção de Jesus em palmeiras.

Essa redução aconteceu devido ao grande índice de evasão, como observamos na tabela de numero 02. Por esse motivo, no ano de 2016, o numero de escolas que atendem a EJA, foi reduzido ainda mais pela secretaria, focando

apenas na sede com a Escola Severiano de Azevedo, onde funciona com três turmas apenas, sendo uma de 5^a/6^a e duas de 7^a/8^a série. Com apenas 158 alunos.

Atualmente a escola municipal Severiano de Azevedo, é a única escola que atende a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, decisão tomada pela secretaria de educação, para o ano de 2016, em virtude do número de evasão ser muito alto.

TABELA 01 – MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EM ICATU 2005 - 2015.

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL
2003	173	-
2004	305	-
2005	622	34
2006	590	33
2007	442	27
2008	597	-
2009	784	-
2010	754	-
2011	695	-
2012	657	-
2013	617	-
2014	380	-
2015		-

Fonte: Educa-Senso

TABELA 02 – NÚMERO DE MATRÍCULA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO AMBITO MUNICIPAL EM ICATU 2005 – 2015.

ANO	MATRÍCULA	EVASÃO	%
2003	173	67	38
2004	305	95	31
2005	622	218	35
2006	590	227	38
2007	442	237	53
2008	597	242	40
2009	784	217	28
2010	754	197	26
2011	695	156	22
2012	657	161	24
2013	617	122	20
2014	380	90	23
2015	149	57	38

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

2.4 O perfil dos alunos da EJA

A Educação de Jovens e Adultos tem em sua base uma história muito tensa que a diferencia da educação básica, na EJA, apresenta-se uma série de interesses consensuais que não vemos na educação básica, principalmente porque os alunos da Educação de Jovens e Adultos são trabalhadores, pessoas que não tiveram a oportunidade na idade certa, oprimidos pelo tempo e pelas angústias da vida, enfim indivíduos que são excluídos da sociedade. É a partir dessa diversidade desta área educativa que pretendo trabalhar o tema desta pesquisa, que desenvolveremos na escola municipal Severiano de Azevedo no turno noturno, após também apresentaremos metodologias diferenciadas para que o processo ensino aprendizagem torne-se mais atraentes para os alunos da Educação de Jovens e Adultos. Alunos, que apresentam em seu perfil na maioria trabalhadores, desempregados, dona de casa, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiências. São alunos de diferentes crenças, raças, etnias e classes sociais.

Os alunos Jovens e adultos apresentam-se às vezes em sua maioria já em idade ultrapassada para a permanência dele nos turnos matutino ou vespertino, isso se dá devido alguns fatores que queremos aqui ponderar, como alunos que tiveram sua trajetória escolar marcada pela reprovação que contribui muitas vezes deles desistirem ano após ano dos estudos, alunos que como mencionamos anteriormente são “negados” do turno diurno e jogados” para a Educação de Jovens e Adultos, como se essa modalidade fosse uma válvula de escape para amparar todos esses alunos, alunos desacreditados pela sociedade, alunos viciados como é a realidade da escola Severiano de Azevedo em Icatu/MA, alunos que não tem motivação pessoal nenhuma para permanecer na escola e que acredita que a escola em nada pode contribuir para sua vida, pois em sua maioria eles próprios já abriram mão da própria dos estudos, enfim fica evidente que a escola vive uma crise, e o que é mais preocupante é ver que essa crise torne habitual, um descaso social, mas não é impossível de encontrar algumas alternativas e colocar em prática, pois a escola através da educação está para promover a integração desses indivíduos na sociedade.

O não reconhecimento da diferença no aluno da EJA contribui para enraizar as diversidades educacionais ao invés de combatê-las. Tão importante quanto o direito à escola é garantir que todos aprendam com uma educação de

qualidade. É necessário tornar a aprendizagem mais significativa para todos, terem propostas alternativas que estejam comprometidas com uma educação de qualidade para esses jovens e adultos. Segundo GADOTTI (2000):

“Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o seu processo de alfabetização”.

Para tanto, torna-se necessário buscar a reflexão sobre o papel da escola, do coordenador pedagógico, do professor, dos educando de frente as suas práticas o qual a finalidade real que este pretende atingir, posto que o professor precise antes de qualquer coisa entender sua tarefa social dentro da sala de aula, para poder trabalhar um modelo educacional comprometido de fato com as transformações sociais, que a escola assuma seu papel, e necessário ter a realidade deste aluno, é impossível prosseguir a caminhada sem rever a prática Curricular. Que promova a autonomia dos Jovens e Adultos onde à educação atrelada ao mundo de trabalho e às praticas sócias precisa organizar-se com flexibilidade curricular e conteúdos curriculares pautados nos seguintes princípios: contextualização, reconhecimento de identidade pessoal e das diversidades coletivas (Parecer CEB 11/2000).

Em função destes princípios, novas funções são estabelecidas para a Educação de Jovens e Adultos: Reparadora – ao reconhecer a igualdade humana de direitos e o acesso aos direitos civis, pela restauração de um direito negado; Equalizadora – ao propor igualdade de oportunidade de acesso e permanência na escola e, Qualificadora – ao viabilizar a atualização permanente de conhecimentos e aprendizagens continua (Parecer CEB 11/2000).

Portanto, faz-se necessário repensar nessa realidade, e averiguar os métodos educativos e a construção do currículo para a educação de Jovens e Adultos sabemos que as Diretrizes Curriculares apresentam alguns avanços do ponto de vista pedagógico existindo uma preocupação com a especificidade etária e sociocultural dos jovens e adultos atendidos no sistema educacional. Porém não basta apenas conhecermos o currículo e suas determinações, é necessário operacionalizarmos tais informações para que os resultados tornem-se visíveis e ao alcance daqueles que realmente precisam, ou seja, os alunos desta modalidade,

que merecem toda atenção e respeito dentro de seus limites e condições sociais por eles apresentados, que se tornam conhecidos partir do momento que o professor conhece realidade deste aluno que é um ponto crucial na permanência ou abandono deste na escola.

3 EVASÃO ESCOLAR NA EJA UMA VISÃO GERAL

3.1 A prática docente e os conteúdos na EJA

A Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta uma problemática muito grande, mesmo com todos os avanços e conquistas relevantes junto às políticas públicas a ela destinadas, mas ainda permanece em um segundo plano pelos governantes e também pela sociedade, que não acredita na Educação de Jovens e Adultos em virtude da forma como ela se apresenta. No Brasil segundo dados pesquisados por Mauro Silva, diretor de Políticas de Educação de Jovens e Adultos do MEC, apresentado no seminário “Revisitando a utopia de Paulo Freire na reinvenção da EJA” promovido pelo Centro Paulo Freire em Setembro de 2015. A partir do estudo de Mauro Silva é possível acessar os resultados do censo do IBGE de 2000 a 2013 que demonstram que há 58 milhões de pessoas no Brasil com 18 anos ou mais que não têm o ensino fundamental completo (nove anos de estudo) e 81 milhões não possuem o ensino médio. Torna-se imprescindível o respeito as diferenças apresentadas pelo público da EJA.

Aí deparamo-nos com o grande desafio para o profissional ou para sua prática docente na EJA, pois a sua responsabilidade é preparar o aluno para que se perceba como sujeito construtor do seu próprio conhecimento, sujeito este que possa refletir em um modelo de escola mais flexível em consonância com a vida, investir na formação continuada do professor e ter um olhar mais sensível quanto às realidades de cada um desses alunos que fazem a EJA, sem ignorar a importância de tudo para eles.

Diante deste entendimento, estabelecemos a prática pedagógica docente como uma dimensão da prática pedagógica inserida no contexto educacional, repleta de interesses sociais, políticos, econômicos, e que também é um dos elementos das ações do professor dentro da escola. É a prática pedagógica docente que irá desvelar as concepções de educação do professor, de conhecimento de mundo e suas interações com os alunos.

Dessa forma, entendemos que na Educação de Jovens e Adultos, a prática pedagógica do professor tem um papel primordial para o desenvolver do processo ensino/aprendizagem dos alunos, que apresentam-se com especificidades em relação ao seu perfil, conhecimentos de vida, propósitos, pretensões,

aprendizagens, entre outros. Uma forma de trabalho centrada na mobilização de saberes, interações e vivências que não se restringe apenas ao ambiente escolar, mas que contribua na aprendizagem do aluno como sujeito da formação humana.

Para FREIRE:

O ato de ensinar vai muito além de transmitir ou “depositar” conteúdos no outro, é um ato que permite ao sujeito construir em diálogo com seu professor, conhecimentos significativos que se relacionem com sua vida, que o faça refletir criticamente sua presença no e para o mundo se reconhecendo como um agente transformador.

Com base em esta afirmativa, entendemos que, a prática pedagógica do professor demanda de uma compreensão por parte desse profissional, de que o conhecimento num ponto de vista crítico contribui para o processo de criticidade interna dos alunos. Freire afirma que “Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha” (FREIRE,1997, p.95). O professor FREIRE diz:

Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper (FREIRE,1996, p. 98)

O processo educativo requer um rigor metódico, ou seja, precisa estar alicerçado em uma proposta de trabalho que entenda o aluno como sujeito crítico que continua sendo preparado para o mundo como um todo, e para isso é necessário que o docente esteja em constante processo de formação continuada. Precisa-se valorizar o saber construído do aluno isso é essencial, pois toda prática exige um conhecimento prévio, e todo aluno já traz uma bagagem quando chegam à escola, principalmente os alunos da EJA, com base em suas experiências de vida, e por essa razão é interessante um profissional que saiba aprender enquanto ensina, pois na Educação de Jovens e Adultos, é exatamente dessa forma que acontece, o professor ensina e aprende ao ensinar.

O ambiente escolar deve ser educativo direcionado para o processo de aprendizagem e compromisso com o conhecimento científico sem perder de vista a valorização do empírico, que são fundamentais na construção permanente da

reflexão e transformação social para que aconteça a inclusão e a um melhor amparo na convivência humana.

A escola apresenta-se como uma ampliação do conhecimento pela sua estrutura de promover a interação entre professor e aluno. O currículo na EJA apresenta-se como uma junção de valores e práticas que contribuem para a produção, a socialização também coopera de forma intensa para a forma de caráter sociocultural dos alunos. Ele não se apresenta apenas com os componentes garantindo em lei, mas também vem de forma flexível e variável, de acordo com as especificidades de cada ambiente escolar, inclusive a EJA que precisa ter uma atenção especial direcionada para seu atendimento.

A Educação de Jovens e Adultos norteia-se por princípios éticos, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito. Tem ainda os princípios políticos dos direitos e deveres; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações culturais. Os adultos são vulneráveis a estímulos externos, porém o que determina as suas ações são os fatores internos como satisfação, autoestima e qualidade de vida, esses também são os que os motivam a aprender. Segundo Paulo Freire referente a este assunto ele diz que, trata-se de ensinar o adulto a aprender a ler a realidade para, em seguida, transformá-la.

Distinto do modelo educacional da pedagogia conservadora, o ensino da Educação de Jovens e Adultos está fortemente ligado a algumas implicações da arte de causar entendimento, de modelos pedagógicos transformadores. A EJA, com base em um modelo diferenciado de ensino/aprendizado, apresenta distinções do ponto de vista da aplicação do conhecimento e da forma de ensinar embasando-se em alguns princípios como:

A necessidade em saber a finalidade, o “por que” de certos conteúdos e aprendizagens; A facilidade em aprender pela experiência; A percepção sobre a aprendizagem como resolução de problemas; A motivação para aprender é maior se for interna e se o conteúdo a ser aprendido for de aplicação imediata; As experiências trazidas pelos educandos.

Princípios estes que nem sempre são respeitados por parte dos envolvidos no processo ensino /aprendizagem, aí o professor precisa considerar-se um mediador/facilitador nesse processo de aprendizagem, além de apresentar uma boa relação interpessoal com os alunos é primordial para a aquisição daquilo que será repassado, pois uma boa instrução e mediação precisa de um bom diálogo,

respeito e colaboração e por fim a confiança. Pois nenhum conteúdo é tão proveitoso do que um ambiente respeitoso e favorável onde todos os envolvidos sintam-se bem em estar e permanecer. E a Educação de Jovens e Adultos em seu desenvolver precisa ampliar isto de forma significativamente.

3.2 Saberes necessários a prática educativa na EJA

Atualmente a sociedade está em constantes mudanças, e o processo educacional não fica de fora dessa realidade no que se refere ao processo ensino aprendizagem, mas entendemos que é necessário que isso aconteça, pois a prática do ensino, requer a cada instante um preparo dos professores no que se diz respeito a formações e construções de novos saberes para não ficar a margem de tais transformações sofridas pela sociedade.

Com isto, compreendemos a relevância de mencionarmos este tópico que a nosso ver, é de suma importância para o profissional que trabalha com Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista ou considerando o perfil dos alunos da EJA, que como temos apresentado nesta pesquisa diferenciar-se, pois, esta modalidade é constituída por Jovens e Adultos que não tiveram a oportunidade de terminar os seus estudos na época certa ou que nem teve acesso à escola, seja por motivos de exclusão social ou psicológica, mais que tem por lei o seu direito garantido e a lei diz ainda que, acima de tudo que lhe seja oferecido um ensino de qualidade, exigência esta que chega a tom de cobrança para os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino e isto lhes fazem buscar cada vez mais saberes condizentes com as peculiaridades da Educação de Jovens e Adultos para que esteja aperfeiçoando a cada dia a sua prática com saberes inovadores e que facilitem a aprendizagem.

Partindo disto, vemos a necessidade do professor da EJA ser um professor reflexivo ser reflexivo segundo SCHON, “saber quem ele é, as razões pelas quais ele fez e o que ele faz ainda conscientizar-se do seu lugar que ocupa na sociedade”, ou seja, a professor da EJA precisa compreender os alunos que tem a partir da construção que acontece com a relação de interação entre ambas as partes, valendo-se de suas realidades e passando por uma reflexão bem apurada e refletida sobre as suas diversidades cotidianas e os motivos que os impulsionaram em se matricular na modalidade, para poder entender o rela sentido de eles estarem ali,

tanto alunos como professores. Pois segundo ainda esta afirmativa de SCHON, o professor como mediador do conhecimento é o responsável pela motivação e contribuição para a vida desses alunos, fazendo-os entender também “quem eles são, onde estão e o que querem ou esperam dali para poder ter sentido a permanência deles na escola”.

Para isso, existe outro saber ou fator interessante para a prática docente na EJA que é a necessidade da formação continuada, pois no contexto atual a formação continuada surge talvez como a melhor saída para o aperfeiçoamento da prática e conseqüentemente a melhoria na qualidade do ensino.

Observa-se com o passar dos anos que são inúmeras as mudanças sofridas pela sociedade e como não pode se separar, na educação também. Com isto, a procura por uma melhor condição no ato de ensinar é constante, por parte dos profissionais (que realmente entendem o seu papel nesse processo), que entendem que a educação precisa ser construída sem perder o seu foco em suas bases que é aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser. Para poder atender as novas demandas educacionais que principalmente na Educação de Jovens e Adultos que é a modalidade em apreço nesta pesquisa, os profissionais precisam ter esse cuidado especial em sua formação continuada. E, a escola, a coordenação e a instituições responsáveis pela educação não podem perder isso de vista.

Entendemos ainda que o professor da EJA precisa saber planejar, pois observamos que além dos saberes já mencionado aqui, o planejamento é de suma importância para a prática desse profissional, porque é do planejar que surgem as interrogações que vão nortear o seu trabalho e também servirá de base para avaliar tanto a sua prática como o desempenho dos alunos. Pois é no plano que expresse as características da minha turma através da forma de trabalhar e também avalio como devo trabalhar, até onde devo ir, o que devo ensinar e como avaliar aquilo que estou lecionando, e na EJA assim como nas outras modalidades da educação básica, tem a necessidade de conhecer todos os alunos no se diz respeito às raízes sociais e culturais, pois o planejar precisa considerar também estes pontos para que o professor da EJA tenha sucesso em desenvolver o seu planejamento.

Portanto entende-se que os saberes são de fundamental importância no campo da Educação de Jovens e Adultos, pois o professor constrói a partir deles um saber que o afasta de uma visão ingênua da realidade. De acordo com Pinto (1985) quando diz:

Para a consciência crítica, o saber é o produto da existência real, objetiva, concreta, material do homem em seu mundo (sendo esta concebida como uma totalidade concreta em processo), imprimindo-se em seu espírito sob a forma de ideias ou pensamentos que se caracterizam regularmente (isto é logicamente) (PINTO, 1985, p.65).

Compreende-se, no entanto que os professores da Educação de Jovens e Adultos, carecem da aquisição de saberes indispensáveis às especificidades dos alunos dessa modalidade, saberes estes que os estimulem na permanência e serem mais reflexivos no contexto social e cultural, para tanto, vimos também que esses saberes perpassam por uma formação reflexiva, pela formação continuada e pelo ato de planejar que incide diretamente no processo avaliativo desses alunos e de suas práticas como docentes.

3.3 O papel do coordenador pedagógico na EJA

3.3.1 Uma retrospectiva histórica

Ao longo de nosso trabalho com coordenação pedagógica percebemos que não há uma clareza sobre o papel desse profissional nas escolas. Ele muitas vezes é tratado como substituto em caso de falta do professor, como vigia, como fiscal de professor, como pombo correio entre professores e direção, dentre outras denominações.

Para desmistificar esse pensamento faz-se necessário fazer uma retrospectiva histórica dessa função. Fazemos então um breve estudo sobre seu papel na educação brasileira, apoiados na contribuição de Saviani (2002).

As organizações das atividades educativas iniciaram-se em 1549, com a chegada dos jesuítas. Após 1570 o plano adotado por eles, o Ratio Studiorum, trazia uma orientação sobre como deveriam ser oferecidos os estudos. Esse plano, porém, foi reformulado algumas vezes, tendo sua versão final promulgada em 1599, versão essa que vigoraria em todos os colégios da Companhia de Jesus.

Nele havia um conjunto de regras cobrindo todas as atividades diretamente ligadas ao ensino, desde as regras do provincial, às do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral, de cada matéria de ensino, das regras das diversas academias, das provas escritas e da premiação.

O prefeito geral de estudos era assistente do reitor, devendo ser obedecido por professores e alunos. Poderia haver também um prefeito de estudos inferiores e um prefeito de disciplina, subordinados ao prefeito geral.

O prefeito de estudos deveria organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, visando o bom aproveitamento dos alunos, ouvir e observar os professores assistindo suas aulas e lendo apontamentos de alunos e se necessário, comunicando o procedimento indevido do professor ao reitor.

Observa-se, pois, que a função supervisora é destacada das demais funções educativas. O prefeito de estudos assume um papel específico, diferente do papel do reitor ou dos professores (SAVIANI, 2002).

Com a reforma pombalina e a expulsão dos jesuítas houve alteração no sistema de ensino e foram criadas as aulas régias. Passou a haver o cargo de diretor geral de estudos e a designação de comissários para fazer, em cada local, o levantamento do estado das escolas.

A ideia de supervisão tornou-se então ligada a aspectos político-administrativos, representada no papel do diretor geral e a parte da direção, coordenação e orientação do ensino foi delegada a comissários ou diretores de estudos, em nível local.

Em 1827 foi adotado o método de "Ensino Mútuo", no qual o professor absorve as funções de docência e supervisão, instruindo monitores e supervisionando suas atividades de ensino, assim como a aprendizagem do conjunto dos alunos. No entanto, essa forma de organização do trabalho escolar não foi avaliada como eficaz e novamente se delegou o papel de supervisão a outro agente: o inspetor escolar. Ele deveria inspecionar, pessoalmente ou com a ajuda de delegados ou membros do Conselho Diretor, os estabelecimentos de instrução primária secundária, públicos ou particulares. Também era sua atribuição realizar exame dos professores e lhe conferir diploma, autorizar a abertura de escolas particulares, rever livros e corrigi-los ou substituí-los por outros.

Em 1886, havia um consenso quanto à necessidade da organização de um sistema nacional de educação. Para isso tornava-se preciso a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes normas pedagógicas e um serviço de supervisão pedagógica no âmbito das unidades escolares.

No ano de 1897 a direção e a inspeção do ensino passaram a ficar sob a responsabilidade de um inspetor geral, em todo o Estado, que era auxiliado por dez inspetores escolares.

Foi na década de 1920 que surgiram os “profissionais da educação “como uma nova categoria profissional, impulsionados pela criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924”“. Nesse período começou a se reservar a órgãos específicos, o tratamento técnico dos assuntos profissionais, que ficava, até então, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Pernambuco, na reforma de 1928, foi o primeiro estado a tratar a parte técnica e administrativa da educação de forma separada, surgindo assim à figura do supervisor como distinta da do diretor e do inspetor.

Com o "Manifesto dos Pioneiros da educação nova", de 1932, a contribuição das ciências torna-se decisiva para racionalizar os serviços educacionais, dotando de eficácia e eficiência o processo educativo. Ganham relevância então os técnicos ou especialistas em educação, entre eles, o supervisor.

O processo de estruturação/reestruturação do ensino brasileiro desembocou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961. Passou a haver uma organização estatal com a criação do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais de Educação e tornou-se necessária a formação de agentes para operar nesses novos moldes. Os cursos de Pedagogia eram responsáveis pela formação dos pedagogos, que eram técnicos ou especialistas em educação e exerciam várias funções (SAVIANI, 2002).

A introdução da supervisão educacional no Brasil aconteceu num contexto de ditadura e tinha uma função tecnicista e controladora. O modelo de supervisão que mais influenciou o nosso foi o dos Estados Unidos, que surgiu durante o governo de Juscelino Kubitscheck, no bojo de nosso processo de industrialização. Nesse período foi firmado um convênio do MEC, com o referido país, onde foi criado o Plano de Assistência Brasileiro-Americana no Ensino Elementar (PABAE, 1957-1964). Esse plano previa que professores brasileiros fossem aos Estados Unidos para se especializarem em supervisão e depois montarem cursos dessa especialidade do Brasil, conforme nos assegura Vasconcellos (2007).

No final da década de 60 houve uma reformulação dos cursos de Pedagogia, buscando especializar o educador em uma função particular, não se

preocupando com sua inserção no quadro mais amplo do processo educativo. Essas especializações foram denominadas "habilitações", que garantiam formação diversificada numa função específica e se dividiam em: administração, inspeção, supervisão e orientação.

Dessa forma se profissionalizou a função do supervisor escolar, que desde a década de 30 tentava-se definir, pois havia confusão entre as tarefas do supervisor e as do inspetor escolar.

O supervisor planejaria as atividades e metodologias necessárias ao processo educativo e ao professor caberia apenas executar as ordens, sem questioná-las, já que não estavam "habilitados" para isso. Os professores foram, então, expropriados do processo de planejamento de seu trabalho pedagógico, ao mesmo tempo em que foram proletarizados pela perda salarial.

Na década de 80 o papel do supervisor foi novamente questionado, pois faltava especificidade nessa função, já que diferentes profissionais ocupavam postos na burocracia educacional, independentemente de sua habilitação. Administração, orientação, supervisão e inspeção seriam tarefas atribuídas a um mesmo profissional: o educador.

Com essa discussão ganhou corpo a tese de que o curso de Pedagogia deveria se centrar nos fundamentos da educação, formando profissionais de educação capazes de exercer diferentes atribuições requeridas pelas unidades escolares.

Nesse período, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro reformulou seu curso de Pedagogia, transpondo para a especialização a formação do profissional em supervisão. Vejamos agora como é visto o coordenador pedagógico ou o supervisor escolar nos dias atuais.

3.3.2 O coordenador pedagógico na contemporaneidade

Como as discussões em torno do curso de Pedagogia não chegaram a um consenso quanto aos moldes de formação necessária ao profissional da supervisão ou coordenação escolar, o artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, delibera que a mesma será feita em curso de graduação em Pedagogia ou em cursos de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, sendo garantida a base comum nacional.

Historicamente, a coordenação pedagógica teve um caráter profundamente controlador e, por isso, ainda se percebe certa desconfiança quanto à atuação desse profissional no interior das escolas. Torna-se necessário que o coordenador pedagógico conquiste a confiança dos educadores para que seja bem sucedido em seu papel.

Aos poucos ele vai assumindo sua principal função que é mobilizar os diferentes saberes dos profissionais que atuam na escola para levar os alunos ao aprendizado. Para Freire (1982) o coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele deve levar os professores a resinificarem suas práticas, resgatando a autonomia sobre o seu trabalho sem, no entanto, se distanciar do trabalho coletivo da escola.

Segundo Alarcão apud Vasconcellos (2007, p. 87) "A supervisão pode ser compreendida como um processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta outro professor no seu desenvolvimento humano e profissional".

É dessa forma, agindo como um parceiro do professor que o coordenador pedagógico vai construindo sua prática, com vistas a melhorar a qualidade de ensino ofertada pela instituição de ensino na qual atua. Sua práxis comporta várias dimensões: é reflexiva, pois auxilia na compreensão dos processos de aprendizagem existentes no interior da escola, é organizativa quando tenta articular o trabalho dos diversos atores escolares, também é conectiva, pois possibilita elos não só entre os professores, mas também entre esses e a direção da escola e entre pais e alunos com os demais profissionais da educação.

A dimensão interventiva acontece quando o coordenador ajuda a modificar algumas práticas arraigadas que não traduzem um ideal de escola pensado pela comunidade escolar e por fim, assume um caráter *avaliativo*, pois exige que o processo educativo seja sempre repensado, buscando sua melhoria (Vasconcellos, 2007).

Freire (1982, p. 95) afirma que: O supervisor é um educador e, se ele é um educador, ele não escapa na sua prática a esta natureza epistemológica da educação. Tem a ver com conhecimento, com a teoria do conhecimento. O que se pode perguntar é: qual o objeto de conhecimento que interessa diretamente ao

supervisor? Aí talvez a gente pudesse dizer: é o próprio ato de conhecimento que está se dando na relação educador/educando.

O coordenador pedagógico precisa focar seu olhar nessa relação entre professor e aluno e entender que, às vezes, alguns professores não sabem como se constrói o conhecimento. Torna-se fundamental então que o coordenador aja como professor, ajudando os professores na compreensão de sua práxis educativa. Por isso uma das principais funções da coordenação pedagógica é o processo de Formação Continuada dos docentes.

Segundo Christov (2003) a Formação Continuada é importante, pois, os conhecimentos se atualizam a cada instante e é preciso que existam momentos para reflexão sobre a prática docente, oferecendo subsídios para que os professores consigam, por sua vez, facilitar a aprendizagem de seus alunos.

Na Rede Municipal de Ensino de Icatu, rede em que desenvolvemos nosso trabalho como coordenador pedagógico, observa-se que ele está sempre presente nas formações continuadas, seja no interior da Unidade Educacional em que atua, seja nas formações coletivas, onde servem de multiplicadores de informações.

Normatizou que, para exercer a função os professores devem ser habilitados em Pedagogia ou serem portadores de outra Licenciatura com curso de Pós-graduação na área de educação a qualquer nível.

As suas atribuições são:

a) Articular com os membros da equipe gestora, os processos pedagógicos, mediando à interlocução entre os diferentes atores da Unidade Educacional e os responsáveis pela política educacional do município, o projeto político-pedagógico da Unidade Educacional e da prática docente, com vistas à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

b) Elaborar proposta de trabalho, definindo objetivos, estratégias e metas de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Educacional.

c) Elaborar, junto aos professores e direção, estratégias de ensino e aprendizagem, buscando um bom desempenho acadêmico de todos os estudantes.

d) Planejar, acompanhar e avaliar periodicamente, junto aos professores, as ações didático-pedagógicas da/na Unidade Educacional e coordenar os encontros de planejamento previstos no calendário escolar.

e) Orientar pedagogicamente os professores, organizando atividades de formação continuada e socialização de experiências na Unidade Educacional.

f) Coordenar os processos de avaliação e emissão de relatórios, em caso de classificação e reclassificação dos estudantes, de acordo com Instrução Normativa da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

g) Coordenar e sistematizar os Conselhos de Ciclo como instância avaliativa do desempenho dos estudantes e da prática pedagógica dos professores.

h) Analisar, junto à equipe gestora e docentes da Unidade Educacional, o resultado de avaliações internas e/ou externas à Unidade, elaborando relatórios do desempenho das turmas, como objeto de redirecionamento das práticas pedagógicas.

i) Mediar, junto à equipe gestora, a orientação pedagógica aos pais e/ou responsáveis, aos estudantes, professores, e componentes da Unidade Educacional.

j) Participar da formação continuada, encontros de coordenadores e grupos de estudo.

k) No caso da EJA, orientar e apoiar os professores na elaboração e implementação de atividades pedagógicas que priorizem a realidade dos alunos envolvidos nesta modalidade.

Vê-se então que todas as atribuições do coordenador têm, de fato, caráter pedagógico e ele age sempre em parceria, seja com os professores, seja com a equipe gestora mediando sempre os processos e atividades pedagógicas na tentativa de garantir um bom desempenho escolar a todos os estudantes.

O coordenador também deve sempre estar atento ao panorama que se apresenta a sua volta valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados, essa caminhada nem sempre é feita com segurança, pois as diversas informações e responsabilidades o medo e a insegurança também fazem parte dessa trajetória, cabe ao coordenador refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino – aprendizagem. Procurando nascentes de conhecimento e refletindo sobre sua prática como nos fala NOVOA (2001), “a experiência não é nem formadora nem produtora. É a reflexão sobre a experiência que pode provocar a produção do saber e a formação”.

3.4 As metodologias de ensino e a evasão escolar

Queremos aqui fazer algumas reflexões sobre a prática pedagógica que dinamizam o dia da escola, com isso, queremos trazer à memória a experiência de pesquisa tendo meio condutor demonstrar uma forma inovadora de administrar o problema que envolve o processo ensino aprendizagem.

Assim, notamos que a abrangência mais arraigada do processo que leva ao fracasso e à evasão escolar na perspectiva aqui adotada provoca uma meditação sobre o próprio significado das práticas pedagógica dos docentes e da fundamentação que orientam as mesmas. Sendo assim, necessitamos ter clareza em lembrar que não é um fator que está deliberando esta realidade, pelo contrário, é toda uma dinâmica socialmente configurada em nosso cotidiano.

A dificuldade que abrange a instrução no campo do fracasso escolar e da evasão é considerada o “maior sintoma da crise de nossas escolas” (Aquino, 1997, p.21), é concebido por muitos, como fracasso do aluno ou por vezes, a condições exteriores à escola, à desigualdade e perversidades sociais e à “lógica de exclusão”. Por certo, esses fatores têm um peso considerável no processo, mas as práticas escolares com certeza também têm influência decisiva nesse quadro educacional.

Em algumas situações, aquilo que lecionamos pode ser impróprio, ou a forma como lecionamos pode não ser a melhor ou mais apropriada para quem aprende. Dentre outros fatores, a forma como a escola interpreta o erro ou uma produção inadequada do aluno merece ser revista, pois temos a responsabilidade de escolaridade fundamental para todos, não para alguns. O erro é um dado a ser trabalhada, não uma comprovação do fracasso do aluno como frequentemente aparecia no ensino tradicional.

Existimos em um mundo que a cada momento torna-se mais concorrente e que sofre constantes mudanças no que se diz respeito ao conhecimento diante dessas mutações, faz-se necessário que o professor esteja atento e abrevie seus passos para tentar acompanhar tais transformações e ter ainda o entendimento de que precisa aperfeiçoar mais a sua prática de ensino. Dessa forma, encontram-se resultados mais satisfatórios no processo de acompanhar de acordo com a característica, permitindo a conversação entre ambos- professor e aluno- para juntos inserir-se no processo de desenvolvimento social.

A evasão escolar é uma realidade complexa e que se relaciona com outros relevantes temas pedagógicos, como formas de avaliação, reprovação escolar, curriculum e disciplinas escolares. Para arguir a evasão escolar, logo, é necessário incidir em duas vertentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno "evadido", e outra de reorganização interna que insinua uma discussão. Além disso, é de muita valia formar parceria com os órgãos de direito competentes existentes na cidade, realizar campanha de esclarecimento, para a sensibilização de que o estudo formal é um direito da criança e do adolescente. A partir daí, busca-se conceber a ideia de escola mais agradável e atrativa que tenha um curriculum que se aproxime mais das necessidades dos alunos aos quais ela atende.

Diante disto, vale salientar ainda o que analisa Santos (1997), a responsabilidade da escola perante os problemas do mundo contemporâneo, não tenho a pretensão de anunciar [...] "novas verdades" [...] ou conclusões que possam vir a se constituir ou mesmo funcionar como metas narrativas ou como uma nova "verdade" única sobre a evasão de crianças. Quero, sim, somar os meus "achados" a outras possibilidades que já vêm sendo apontadas, uma vez que entendo que "uma verdade" é um dos modos possíveis de determinar, de contar, de encarar a questão, de dar conta do problema.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1997:2), é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando.

No acompanhamento escolar, o que se observa é que cada vez mais a evasão escolar vem aparecendo com mais ênfase nas discussões e reflexões realizadas pelo estado e pela sociedade civil e em especial, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas.

A evasão escolar é um problema que precisa de se ter perspectiva e ação. Assim, inspirada nas palavras de Freire, em sua Pedagogia da Esperança (1992, p.9), "Não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança, sem sonho. A esperança é necessária, mas não

suficiente. Esperança precisa de ancorar-se na prática. Não há esperança na pura espera”.

Para que possamos obter resultados e termos uma melhoria da qualidade do ensino, tornando-o mais atrativo e eficaz, proporcionando assim a condição do ensino no grau em que adaptou o curriculum e o conteúdo das disciplinas escolares, tornando-as mais agradáveis e próximas da realidade dos alunos em diferentes âmbitos, é necessário atentarmos para o que aqui expomos, pois as metodologias e a prática do ensino são determinantes no processo ensino aprendizagem e crucial na permanência, do aluno em sala de aula.

4 EVASÃO ESCOLAR NA EJA – O CASO DA ESCOLA SEVERIANO DE AZEVEDO

4.1 A Oferta da EJA na Rede Municipal de Ensino de Icatu/MA

A Escola Municipal Severiano de Azevedo foi fundada no ano de 1825. A escola situa-se na cidade de Icatu, que se orgulha por ser a terceira cidade mais antiga do estado do Maranhão. É uma das principais escolas da cidade na oferta do Ensino Fundamental com turmas do 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos no turno noturno. É uma escola de grande porte e tem uma boa estrutura física com 09 salas de aula, sendo uma organizada para atender a educação especial. Tem quarenta e cinco professores. Conta com vinte e sete funcionários distribuídos em atividades administrativas e de apoio. Atualmente a escola funciona nos três turnos e tem 657 alunos matriculados. Conta com uma boa estrutura pedagógica tem um laboratório de informática que se encontra desativada; todas as salas climatizadas; uma cozinha equipada e ampla; rampas de acesso; quadros brancos em todas as salas; quatro banheiros; e toda essa estrutura da escola está à disposição dos alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, assim como todo material pedagógico disponível na escola. A escola dispõe dos seguintes equipamentos:

TABELA 03 – Lista de equipamentos e quantidades disponíveis na escola

Equipamentos	Quantidades
Computador na sala de informática com internet banda larga	12
Computador em outros ambientes	02
Salas com ar condicionada	10
Videocassete	02
Aparelho de DVD	02
Datashow	02
Notebook	01
Impressoras	02

Todos os professores, digamos 95% têm qualificação em nível superior. Alguns têm pós-graduação, os demais que não tem formação superior concluída, estão em processo de formação. Os três turnos dispõem de profissionais de equipe pedagógica que atendem a escola em caráter de visitas e não de acompanhamento contínuo, ou seja, os coordenadores pedagógicos que são distribuídos por modalidade, atendem várias escolas ao mesmo tempo e somente a EJA, tem um coordenador específico que presta acompanhamento diário. A equipe gestora é formada por diretor titular e diretor adjunto, agente administrativo, secretária e coordenador pedagógico. Esses dirigentes são escolhidos pela comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e pais).

A Escola Municipal Severiano de Azevedo desenvolve a educação de jovens e adultos desde 2003, ano em que se aderiu à educação de jovens e adultos, e sempre no turno noturno; é referência na cidade na oferta da EJA, funcionando atualmente com seis turmas, sendo duas de 5^a/6^a e quatro de 7^a/8^a série, com um total de 158 alunos matriculados. Os professores têm formação em nível superior, e alguns já são qualificados em nível de formação continuada para trabalhar na Educação de Jovens e Adultos. De acordo com a matrícula inicial, o alunado da EJA na escola é composto de adolescentes, jovens, adultos e até idosos na faixa etária entre 15 e 50 anos, sendo 57% compostos por mulheres e 43% de homens.

4.2 A Configuração da EJA na Escola Municipal Severiano de Azevedo Icatu/MA

A educação é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 288. Vejamos: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. -art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições de acesso e permanência na escola. -art. 3: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.

Partindo dessa afirmação, entendemos a EJA, como uma política pública de direito social, que favorece o sujeito que por circunstâncias diversas, não teve acesso e permanência a educação. Inicialmente voltada para a alfabetização dos segmentos da sociedade que não iniciou ou concluiu a escolarização, a EJA caminhou numa perspectiva compensatória, que não levava em conta as especificidades dos sujeitos nela inseridos. (OLIVEIRA e PAIVA, 2004). Achamos relevante pontuarmos alguns fatos históricos sobre a EJA e sua implementação enquanto modalidade de ensino.

A escola municipal Severiano de Azevedo, localizada na Rua Joaquim Itapari, s/n centro, tem em sua estrutura física, 09 salas (sendo 08 de aula e 01 de recurso), 03 banheiros, 01 cozinha ampla, 01 secretaria e diretoria, 01 corredor e uma área externa que serve como pátio. A mesma, já neste ano teve o seu processo de climatização concluídas estando atualmente com todas as 09 salas e mais a diretoria climatizada. A referida escola é uma das duas até então regularizada no município, sendo assim uma das responsáveis pela emissão de toda a documentação escolar do município.

A sua administração é distribuída assim: 02 Diretores titulares (sendo 01 diurno e 01 noturno), 02 diretores adjunto, 02 secretários e 02 agentes administrativos, estes distribuídos nos três turnos de atendimento da escola, ela possui um quadro de 45 professores, 08 operacionais e 04 vigias.

A referida escola atende nos três turnos, sendo pela manhã do 1º ao 5º ano, à tarde do 6º ao 9º ano e a noite a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Nesses três turnos conta com 506 alunos divididos assim: matutino 202 vespertino 230 e noturno 74 As aulas acontecem diariamente de forma regular e o atendendo a um único calendário escolar da rede municipal de ensino. Vale ressaltar aqui que o diretor da Educação de Jovens e Adultos não é o mesmo do diurno.

A Educação de Jovens e Adultos é atendida em sua totalidade somente no turno noturno, a escola atualmente apresenta-se com três turmas em seu prédio central e com mais 04 nos anexos, localizados na zona rural. No prédio central, temos duas turmas de 5ª/6ª série com 46 alunos em sua matrícula inicial e uma de 7ª/8ª com 28 alunos em sua matrícula inicial. E nos anexos, atende a quatro turmas de 7ª/8ª série. No prédio central temos nove professores para atender as três turmas, nos anexos para cada turma têm dois e três professores por turma. A EJA

acompanha o calendário escolar normal da escola, tendo um diferencial em seu horário, pois o mesmo torna-se flexivo para atender as especificidades dos alunos.

A Educação de Jovens e Adultos realiza ações pedagógicas de forma individual e também coletiva, ou seja, em algumas atividades desenvolvidas, a EJA não convida os demais turnos, já em outras eles fazem e convidam os turnos matutino e vespertino. Os professores desempenham as suas funções de forma coerente dentro de suas possibilidades (isto em meu ponto de vista), para atender os alunos que são desmotivados pelos estudos quase em sua maioria, e as atividades são desenvolvidas para motivá-los em sua caminhada estudantil que já foi atropelada pelo tempo.

A EJA na escola Severiano de Azevedo, desenvolve-se desde 2003 quando iniciou a modalidade no município, dando oportunidade assim para as pessoas que não tiveram ou tiveram mais não aproveitaram de estudar no tempo hábil ficando, portanto, a “mercê nos estudos e na vida”, com a EJA, surge uma nova oportunidade de retomar aos estudos e de concluir os estudos, tendo assim uma nova chance no mercado de trabalho para se ascender profissionalmente ou simplesmente em ter o orgulho de dizer que se formou ou que concluiu os estudos. Esta é a EJA que se apresenta na escola Municipal Severiano de Azevedo no município de Icatu/MA.

4.3 Desafios e perspectivas para a superação da evasão na educação de jovens e adultos em Icatu/MA

A Educação de Jovens Adultos no Brasil mostra-se ao longo da história com muitas reflexões acerca da carência na qualidade, já que esta modalidade de ensino é caracterizada por pelejas e conquistas, não é uma tarefa fácil para os professores, pois tais precisam dispor de algumas capacidades para que os alunos não desestimulem do estudo.

Assim, não são poucos os desafios e as perspectivas encarados pelos alunos, e diante desta realidade a metodologia de ensino adotada pelo professor pode vir a colaborar neste procedimento de escolarização.

Partindo desse pressuposto, há uma grande inquietação que vem surgindo a de conseguir superar os desafios encarados por alunos e professores, de fazer com que os alunos fixem na escola, já que são muitos os bloqueios para

que o mesmo chegue à escola, esses bloqueios também pesam muito para que os mesmos continuem na escola até o final do ano letivo. Outro fato reincide em cima da falta de novas metodologias, sejam por falta de uma formação básica ou continuada, má condições de trabalho, salários baixos etc.

A motivação é de suma importância para os alunos, pois a escola, e o espaço onde eles precisam se sentir valiosos, especiais e além de tudo capazes de vencer, de ter conhecimento, para que mediante a aquisição do conhecimento formal alcancem êxito nas etapas profissionais, consigam serviços com melhores salários e boas condições.

O educador precisa apresentar aulas inovadoras e atraentes que possibilitem aos alunos um sentimento de motivação na hora de realizar as atividades propostas, pois do contrário, chegaremos ao ponto de estarmos contribuindo para que aluno desista dos estudos e passe a ser apenas mais um na estatística de evadidos. Porém, para isso é necessário que sejam revistos também alguns fatores que servem como desmotivação os educadores, (fatores estes que já expomos a cima), que são sujeitos que pensam, sentem, enquanto educadores pesquisam, planejam e precisa executar um bom trabalho pedagógico e estes fatores também se apresentam como via de aumento para o índice de evasão escolar na EJA.

Infelizmente a evasão na EJA é um fato vivenciado cotidianamente, o professor precisa ser incentivador, para que os alunos não abandonem os estudos. O que o sistema educacional necessita é de educadores voltados ao diálogo e a escuta, com flexibilidade em seus conteúdos a serem desenvolvidos, com ministrações de aulas dinâmicas, envolvendo a pesquisa e onde a prática se sobreponha, tal professor tem que ter em mente que, se ele está em seu terceiro turno, o aluno da sala de aula também e assim como ele traz uma história de vida e de conflitos diários que muitas vezes intervêm no seu humor e seu estado emocional (MARQUEZ, 2010). Não buscamos milagres, mas atitudes inovadoras que possam transformar a vida social, educacional e familiar desses alunos.

A EJA tem uma relevância muito significativa, pois os alunos deparam-se diante da oportunidade de voltar a estudar. Com isso vemos a necessidade de investimento em capacitação para os professores desta modalidade, também com um desafio a ser superado, pois a formação prepara ainda mais o profissional para

que ele tenha a possibilidade de tornar as aulas atrativas na EJA algo que se mostra ser indispensável para que os alunos sintam se incentivados.

Vale ressaltar as dificuldades e desafios que os professores enfrentam em desenvolver seu trabalho com essa modalidade, uma vez que, existe uma variedade de diferenças culturais, que necessitam ser ponderadas para trabalhar os conteúdos de acordo com a realidade dos alunos.

A Educação de Jovens e Adultos tem uma importância expressiva para o aluno, pois ele está tendo a oportunidade de voltar a estudar, e os que nunca estudaram o primeiro contato com a escola. São inúmeros os fatores que cooperam para a evasão escolar na EJA, dentre eles a falta de novas metodologias pelo professor, que influencia bastante para a evasão escolar dos alunos da EJA, já que a ausência de aulas dinâmicas beneficia para o que o aluno da EJA sinta-se desmotivado pelo ensino chegando ao ponto de desistir de estudar e os professores precisam inovar suas aulas para que os alunos sintam prazer por elas.

4.4 Análise das causas da evasão escolar na EJA

Nas respostas aos questionários realizados com alunos evadidos, foram sintetizadas e analisadas as problemáticas da evasão escolar com base na compreensão dos mesmos, onde foram consideradas as seguintes questões norteadoras:

Segundo Azevedo (2011, p.05), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

I. Para os alunos evadidos:

GRÁFICO 1 - Sua idade esta entre?

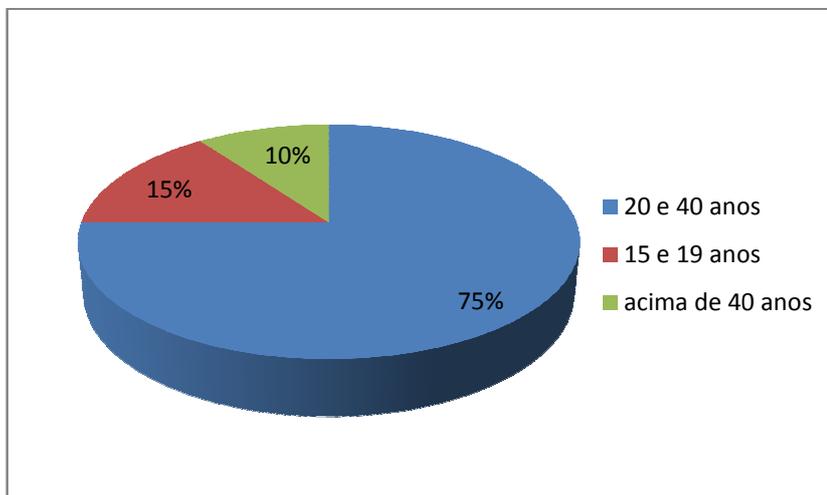
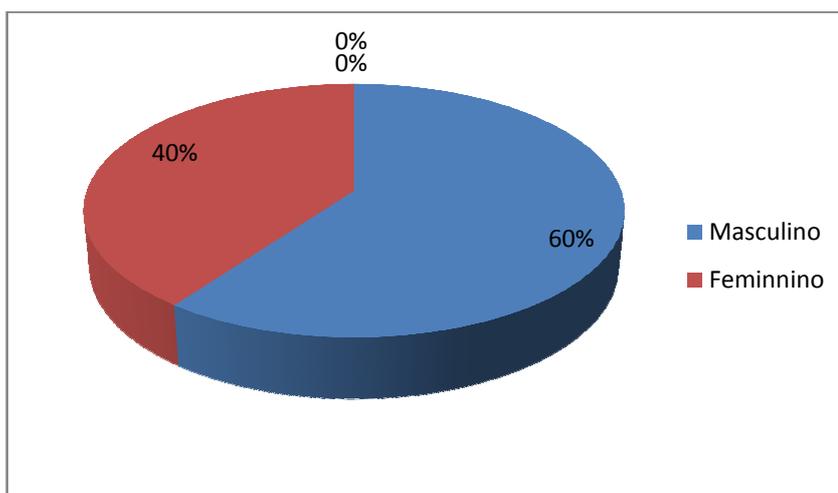
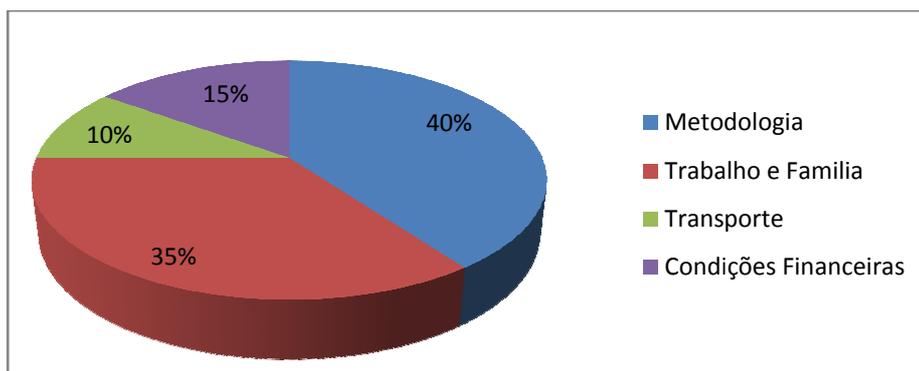


GRÁFICO 2 – Sexo dos alunos?



Razão pela qual temos um número expressivo na evasão, pois os alunos da EJA do sexo masculino em Icatu, na sua maioria, não apresentam um interesse total pelos estudos. Isso se dá em virtude do envolvimento desses alunos de forma precoce no mundo das drogas e do álcool, componentes que se apresentam como fatores que contribuem para que tais alunos abandone a escola.

GRÁFICO 3 - Qual motivo de você ter abandonado a escola?

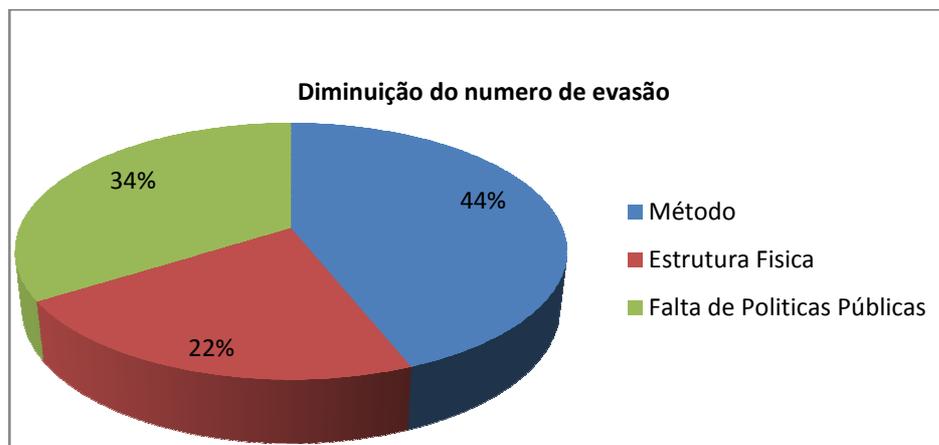
Neste item, nos deparamos com a real situação dita pelos alunos evadidos, que apresentaram como principais duas situações pelas quais eles abandonaram a escola: primeiro a metodologia do professor, 40% dos alunos entrevistados, apontaram o método de trabalho do professor como inadequado para a sua realidade e sem nenhum nexos com a sua modalidade de ensino, segundo ainda os alunos, isso os desmotiva a virem todos os dias para a escola, pois os professores só copiam, copiam e copiam palavras dos alunos.

Segundo temos o trabalho e família, 35% dos alunos que responderam os questionários, disseram que deixaram a escola pelo fato de terem quer trabalhar para manter a família, pois muito procuraram família e depois resolveram se matricular para dar continuidade nos estudos, outros procuraram família no período em que estavam estudando ainda jovens, e tanto para o primeiro grupo como para o segundo, não teve como conciliar estudo e família na realidade em que vivem, sendo necessário, portanto para eles deixarem a escola para poder manter as suas famílias.

Teve ainda um terceiro grupo que corresponde a 25% que colocaram as condições financeiras como meio para abandonarem a escola, segundo eles – “não tinham dinheiro o suficiente para se manterem na escola, portanto precisaram se ausentar para poder manter-se financeiramente”.

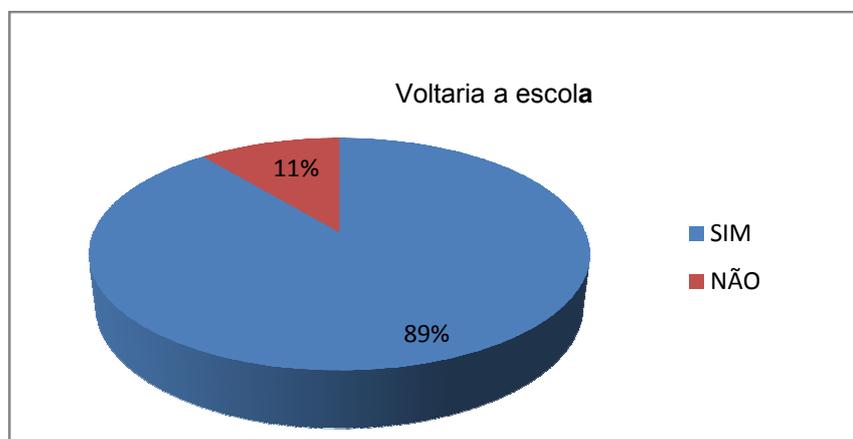
Campos (2003) “estabelece a evasão escolar na EJA como um abandono por tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e, principalmente, econômica concorrem para a evasão escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola”. Em acordo ao autor, observamos que a realidade da Educação de Jovens Adultos na escola em apreço, também é afetada pelas condições colocadas pelo autor.

GRÁFICO 4 - Em sua opinião para diminuir o numero de evasão na EJA, seria necessário o que?



Quando questionados com relação à necessidade de se evitar a evasão escolar na EJA, os alunos evadidos elegeram como principais três situações entre as quatro apresentadas no questionário; primeiro melhora na forma de trabalho dos professores; segundo melhoras nas condições das escolas e terceiro mais atenção dos governos com relação à EJA. Segundo 87% dos alunos evadidos que responderam o questionário, coloram tais questões como pontos cruciais que precisam ser revistos e atendidos, do contrário, não alcançaremos êxito na Educação de Jovens e Adultos, pois segundo os alunos, enquanto os professores continuarem lecionando como lecionam, enquanto as escolas não oferecerem um ambiente agradável e enquanto a EJA for tratada como resto da educação, não se muda a realidade escolar da dessa modalidade em na escola em apreço.

GRÁFICO 5 - Você voltaria para a escola?



Quando perguntados se voltariam para a escola, “pra nossa tristeza” 74% responderam que não, pois já não se veem mais com idade ou tempo de retornar a escola para estudar, que as escolas continuam as mesmas assim como os professores e as atividades diárias de família e trabalho já não lhe deixam muito tempo pra escola. E somente 26% ainda sentem a vontade de retornar.

II. Para os professores

1. Você se sente bem trabalhando na EJA?

80% dos professores disseram que sim, sentem-se bem trabalhando na EJA.

2. Em sua opinião como está a frequência dos alunos na EJA?

Neste quesito houve quase uma unanimidade, ou seja, 95% dos professores responderam que está regular, ou seja, os alunos faltam muito e quando aparecem não permanecem por muito tempo no ambiente escolar, assistem dois horários no máximo e saem. Segundo eles isso tem dificultado a frequência dos mesmos.

3. quais os motivos que contribuem para o abandono escolar dos alunos da EJA?

Neste ponto, os professores se dividiram 55% colocaram trabalho e família. E 45% apresentaram o transporte escolar. Segundo eles estes são os dois principais fatores pelos quais os alunos abandonam a escola.

De acordo com Oliveira (2012, p.05 apud Campos 2003), os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

“Neste ponto, vale ressaltar que em nenhum momento, os professores colocam a sua metodologia como um dos fatores que contribuem para o abandono escolar dos alunos da EJA, algo que contrapõe a fala dos próprios alunos evadidos

quando na sua maioria apresentam a metodologia do professor como um dos principais fatores.” E o autor apresenta a forma de trabalho como um dos principais motivos do abandono escolar.

4. O que a escola tem feito para minimizar a evasão escolar na EJA?

97% dos professores responderam que a escola tem trabalhado com “projetos com atividades diferenciadas”.

“Queremos salientar mais uma vez que a resposta a este quesito feita pelos professores, não condiz com a realidade escolar dos alunos, pois segundo os alunos já faz um tempo bom que eles não têm esse tipo de atividades.”

5. Como você avalia a atuação do coordenador pedagógico no atendimento ao processo da evasão junto aos professores?

60% dos professores colocaram em regular a atuação do coordenador e 40% colocaram como bom. Segundo os 60% o coordenador apresenta mais não desenvolve o trabalho com eles. Segundo os 40% o coordenador apresenta e trabalha com eles as atividades para minimizar a evasão.

“outra ressalva neste ponto é que os alunos não veem essas atividades, nem apresentadas e muito menos trabalhadas.”

III. Para os alunos frequentes na escola

1. O que motivou você a estudar?

Dos alunos frequentes 94% responderam que a motivação deles foi “conhecimento e oportunidade” e 6% disseram que a motivação foi “trabalho e família”.

2. Você se sente bem com a forma de trabalho desenvolvida na Educação de Jovens e Adultos em sua Escola?

67% dos alunos frequentes responderam que sim e 23% responderam que não.

3. A escola trabalha de forma diferenciada visando à permanência dos alunos matriculados?

70% disseram que sim e 30% falaram que não.

“é importante lembrarmos nestas duas últimas questões, que a resposta dos alunos frequentes é na maioria de alunos que realmente estão na EJA para continuar os estudos e não desistem mesmo em pouco número”.

4. Quanto às aulas, o que você diria?

Aqui os alunos dividiram as opiniões 53% falaram que as aulas são divertidas, prazerosas e dinâmicas; 47% falaram que são monótonas e cansativas.

5. O que contribui mais para o abandono escolar dos alunos da EJA?

Aqui nos deparamos com três situações: 38% apresentaram falta de interação professor/aluno e aluno/professor; 40% colocaram a forma de trabalho dos professores e o horário dos estudos e 22% disseram que é a falta de motivação por parte da escola e da família.

IV. Para os gestores

1. Você acompanha o turno de funcionamento da modalidade EJA de forma satisfatória?

75% dos gestores responderam que sim e 25% disseram que não.

2. Há muitos casos de evasão na EJA?

Neste comando a resposta foi unanime sim.

3. A escola trabalha de forma a prevenir a evasão escolar?

50% dos gestores disseram que não e 50% falaram que sim.

“aqui ressaltamos que pelo acompanhamento desempenhado pela coordenação pedagógico, observamos que a escola de modo geral não desenvolve de forma satisfatória seu papel quando o assunto é a Evasão na EJA”.

4. Os professores sentem-se motivados a desenvolver suas funções?

Nesta questão 50% dos gestores responderam que sim e os outros 50% não quiseram responder.

“quando questionados o porquê de não responderem, disseram que não queriam se comprometer, pois eles não viam motivação nenhuma nos professores”.

5. O coordenador pedagógico contribui no processo ensino aprendizagem dos alunos da EJA de forma a garantir a aprendizagem e permanência dos mesmos na escola?

75% responderam que sim e 25% disseram que não.

Os questionários foram elaborados com questões de cunho semelhante para podermos compreender e verificar melhor os posicionamentos desses quatro membros envolvidos no processo que estamos pesquisando, que é a evasão escolar.

Evasão escolar não é um problema apenas daquela escola, pois de modo geral existe o problema das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA que permeia o processo de escolarização, tornando-os reféns da ignorância, mantendo-os como analfabetos. Para Libâneo, citado por Gadotti (1994, p.12): A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais.

Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou o papel do coordenador frente à evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Através de aplicação de questionários junto a alunos frequentes e evadidos, professores e gestores, realizado na Escola Municipal Severiano de Azevedo no Município de Icatu, do estado do Maranhão, verificou-se como o uso de metodologias diversificadas e selecionadas pelo Coordenador Pedagógico e Professores, podem contribuir para diminuir o grande índice de evasão dos alunos da EJA da Escola já mencionada.

Ultimamente, a definição de fracasso escolar, difundida na sociedade, contribui para centrar no aluno o problema do fracasso e esquece-se de responsabilizar, também, os outros agentes e instituições: condições sociais, família, sistema educacional e a escola (MARCHESI; GIL, 2004). Verificamos com base na pesquisa que é algo ilusório afirmar, que apenas os alunos são os responsáveis pelo alto índice da evasão escolar na EJA da Escola Municipal Severiano de Azevedo em Icatu.

Os dados coletados reforçam estudos de autores anteriormente citados, uma vez que os resultados das entrevistas apontaram fatores enquadrados nas categorias: contexto familiar, contexto social e contexto escolar. Pela análise descritiva, verifica-se, nos depoimentos dos professores e dos egressos entrevistados, da EJA de Icatu, que múltiplos fatores determinantes da evasão criam barreiras, para manter um clima de estabilidade e de coerência educacional. Para melhorar essa situação e prevenir a evasão escolar, é necessário que os professores revejam suas práticas e as políticas educativas e as organizações escolares voltem - se e enfrentem a desigualdade cultural, promovam oportunidades de permanência.

Para suavizar a evasão, os dados da pesquisa comprovam que os jovens atravessam a vida educacional, que não lhe dão oportunidades na escola, nem na forma de trabalho, nem nas condições escolares e nem na família, diante disso eles ficam como se estivessem passando por um funil de exclusão, de desigualdade e de atraso. Buarque (2011) ressalta que a educação no Brasil, além de pobre e incompetente, é uma fábrica de desigualdades que, ao invés de criar identidades e integração nacional, visando à minimização da evasão escolar, cria, ao contrário,

desigualdades que dependem apenas da renda familiar, do nível de escolarização de seus pais ou da cidade, onde o jovem vive. A pesquisa, por fim, confirma que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de suma importância na educação por oportunizar aos jovens e adultos o direito a retomar os estudos, e em Icatu ela não é diferente. Porém, em nível de Brasil, a evasão é um grande desafio e em Icatu também.

Assim, para minimizar as possíveis causas da evasão escolar, é preciso melhorar as formas de trabalho dos professores, melhorar as condições físicas das escolas e uma aproximação maior do coordenador pedagógico dos professores na elaboração de atividades que possam garantir a ludicidade e diversificação das aulas práticas.

REFERÊNCIAS

ALDA, Judith Alves - Mazzotti, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro.

BUARQUE, C. A revolução republicana na educação: ensino de qualidade para todos. São Paulo: Moderna, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: <http://blog.wpensar.com.br/gestao-escolar/evasao-escolar-como-identificar-alunos-que-querem-deixar-sua-escola/> Acesso em 28|06|2016.

Disponível em: <http://gestaoescolar.org.br/politicas-publicas/acabar-abandono-eja-evasao-623608.shtml>, acessado em 08/06/2016.

Disponível em: http://moodle1.mec.gov.br/coordenacao/arquivos/coord_ped/sala_4/pdf/Metodologia-do-Trabalho-Cientifico.pdf, acessado em 06/06/2016.

Disponível em: <http://gestaoescolar.org.br/politicas-publicas/acabar-abandono-eja-evasao-623608.shtml>, acessado em 08/06/2016.

Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/evasao-escolar-561347.shtml> Acesso em 28|06|2016.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais do Educador. Porto Alegre, Artes Médicas. Sul. 2000.

GUIDELLI, R.C. A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos: desacertos, tentativas, acertos... São Carlos; Universidade Federal de São Carlos. (Dissertação de Mestrado), 1996.

LÜCK, Heloísa. et. al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998

MARCHESI, A. O que será de nós, os maus alunos? Porto Alegre: Artmed, 2006; **GIL**, C. H. Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PMEI – Plano Municipal de Educação de Icatu, 2015.

SANDRA Sanchez. Instrumentos da Pesquisa Qualitativa. Acesso em 28/06/2016.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS ALUNOS EVADIDOS****01 – Sua idade está entre?**

- a) () 15 e 20 anos
- b) () 21 e 25 anos
- c) () 26 e 35 anos
- d) () mais de 36 anos

02 – Qual seu sexo?

- a) () masculino
- b) () feminino

03 – Qual o motivo de você ter abandonado a escola?

- a) () trabalho e família
- b) () não gostava de estudar
- c) () metodologia do professor
- d) () transporte

04 – Em sua opinião para diminuir o numero de evasão na EJA, seria necessário o que?

- a) () melhorar as condições das escolas
- b) () melhorar a forma de trabalho dos professores
- c) () mais atenção dos governos
- d) () oferecer transporte e merenda escolar de qualidade

05 – Você voltaria para a escola

- a) () sim
- b) () não

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

01 – Você se sente bem trabalhando na EJA?

- a) () sim
- b) () não

02 – Em sua opinião como está a situação da frequência dos alunos em relação a evasão escolar na modalidade EJA?

- a) () ótima
- b) () boa
- c) () regular
- d) () ruim

03 – Em sua opinião quais os motivos pelos que contribui para o abandono escolar dos alunos da EJA?

- a) () trabalho e família
- b) () não gostava de estudar
- c) () metodologia do professor
- d) () transporte

04 – O que a escola tem feito para minimizar a evasão escolar na EJA?

- a) () projetos com atividades diferenciadas
- b) () acompanhamento às famílias desses alunos
- c) () palestras motivacionais
- d) () todas as sugestões acima

05 – Como você avalia a atuação do coordenador pedagógico no atendimento ao processo da evasão junto os professores?

- a) () bom
- b) () regular
- c) () ruim

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GESTOR ESCOLAR

01 – Você acompanha o turno da modalidade EJA de forma satisfatória aos alunos, professores e demais funcionários da escola?

a) () sim

b) () não

02 – Há muitos casos de evasão na escola?

a) () sim

b) () não

03 – A escola trabalha de forma a prevenir a evasão escolar?

a) () sim

b) () não

04 – Em sua opinião, os professores da escola que você é gestor sentem-se motivados a desenvolver suas funções?

a) () sim

b) () não

05 – O coordenador pedagógico contribui no processo ensino aprendizagem dos alunos da EJA, de forma a garantir a permanência dos mesmos na escola?

a) () sim

b) () não

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS FREQUENTE

01 – O que o motivou a estudar?

- a) () trabalho e família
- b) () conhecimento e oportunidade
- c) () amigos
- d) () outros motivos

02 – Você se sente bem com a forma de trabalho desenvolvida na educação de jovens e adultos em sua escola?

- a) () sim
- b) () não

03 – Em sua opinião, escola trabalha de forma diferenciada visando a permanência dos alunos matriculados?

- a) () sim
- b) () não

04 – Referente às aulas, o que você diria?

- a) () divertidas, prazerosas e dinâmicas
- b) () monótonas e cansativas
- c) () interessantes para a sua realidade
- d) () não tem nada haver com a sua realidade

05 – O que acredita que mais contribui para que o aluno abandone a escola?

- a) () falta de interação professor/aluno e aluno/professor
- b) () a forma de trabalho dos professores e o horário dos estudos
- c) () transporte, infra estrutura do espaço e merenda escolar
- d) () falta de motivação por parte da escola e da família